



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA  
PROFESSOR ORIENTADOR: FERNANDO VIEIRA MACHADO

## **O PAPEL DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL**

**SORAIA LEANDRO DOS SANTOS**  
**MATRÍCULA n.º 2001742/9**

Brasília/DF, novembro de 2003

**SORAIA LEANDRO DOS SANTOS**

**O PAPEL DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Relações Internacionais do Centro de Ensino Universitário de Brasília - UniCEUB da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito parcial a obtenção ao título de Bacharel.

Prof. orientador: Fernando Vieira Machado

Brasília/DF, novembro de 2003

**SORAIA LEANDRO DOS SANTOS**

**O PAPEL DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DO BRASIL**

Banca Examinadora:

---

Prof. Fernando Vieira Machado  
(Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. /ana Lucia Assad  
(Membro)

---

Prof<sup>a</sup>. Meireluce Fernandes da Silva  
(Membro)

Brasília/DF, 8 de dezembro 2003.

*Epígrafe,*

*O Brasil para ser grande precisa ser mais homogêneo. Não é possível crescer com tantas desigualdades.*

*Miriam Leitão*

*Dedicatória,*

*Aos meus pais José Leandro e Luzenite  
pelo eterno incentivo.*

*Agradecimentos,*

*Agradeço ao orientador Fernando Vieira Machado pela colaboração na construção dessa monografia. Agradeço, ainda, a professora Ana Lúcia, exemplo de profissional, que indicou a bibliografia pertinente ao tema e me apoiou nos momentos de dúvidas. Agradeço aos demais mestres por ampliarem meus horizontes de conhecimento. E finalmente, agradeço, sobretudo, a Deus por me iluminar e amparar em mais essa jornada.*

## **RESUMO**

O presente trabalho busca contribuir para o conhecimento do novo e ativo ator que tem atuado no cenário Internacional – as organizações não-governamentais (ONGs). Porém, seu universo não é de fácil compreensão. As variações conceituais e terminológicas no uso das expressões ONGs, organizações da sociedade civil ou do Terceiro Setor são exemplos desta fluidez e complexidade. Seu surgimento é impreciso, pois aconteceu em momentos distintos e de forma diferenciada. A finalidade do trabalho é a compreensão das implicações, para a política externa do fenômeno das ONGs tendo em vista a necessidade de uma maior interlocução entre o Itamaraty e as ONGs a partir de papéis bem definidos. Vale ressaltar que esta interação com as ONGs não pode, tampouco, dar margem a ambigüidades ou confusão de papéis. Este estudo busca mais do que mecanismos rígidos e formais, que tendem a maximizar divergências e atritos, cumpre explorar procedimentos abertos e flexíveis que facilitem uma colaboração substantiva e operacional com as ONGs.

## **ABSTRACT**

The present work searches to contribute for a new knowledge and active actor that have been working in The International Scenery – The Non-Governmental Organizations. But this atmosphere is not easy to comprehend. The variations and terminology that are used in the expression ONGs, Organization of the Civil Societies or Third Sector are examples of these fluidity and complexity. Its arising is inaccurate, because it happened in a non-destined moment and in a differentiated way. The purpose of this search is the comprehension of the implication for the foreign politics of the Non-Governmental Organizations where its intent is to have an interlocution between the Itamaraty (The Ministry or the Foreign Affairs) and the Non-Governmental Organizations starting from the well-defined roles. This study searches more than a rigid and formal mechanisms that have a tendency to maximize divergences and misunderstandings. It also tries to explore open and flexible behaviors, which can facilitate a substantial and operational collaboration with those Organizations.



## **LISTA DE SIGLAS**

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

AIDS – Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida

APD - Associações Privadas de Desenvolvimento

AV - Centro de Promoção e Associações de Voluntários

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

DCT - Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica

ECOSOC - Conselho Econômico Social das Nações Unidas

FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

OGND - Organizações Não Governamentais de desenvolvimento

ONGPs – Organizações Não-Governamentais Progressistas

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil.

OVPDD - Organizações Voluntárias Privadas Dedicadas em Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Problema .....	2
1.2 Hipóteses .....	3
1.3 Objetivo geral.....	3
1.3.1 Objetivos específicos .....	3
1.4 Metodologia .....	4
1.5 Marco teórico .....	4
1.6 Apresentação .....	5
<b>2. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs).....</b>	<b>6</b>
2.1 Conceitualização de ONGs .....	6
2.1.1 As ONGs no panorama brasileiro .....	9
2.2. Aspectos Históricos.....	10
2.3. Emergência das ONGs .....	14
2.3.1 Quais os principais aspectos que definem a atuação das ONGs .....	16
<b>3. AS ONGs E SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ATORES .....</b>	<b>18</b>
3.1. Relação: Estado e ONGs – caso brasileiro.....	18
3.2 Organizações internacionais e ONGs.....	21
3.3 Empresas privadas.....	22
<b>4. AS ONGs NO CENÁRIO INTERNACIONAL .....</b>	<b>25</b>
4.1. Sociedade Internacional .....	25
4.2. A Globalização e a Evolução nas Relações Internacionais.....	30
4.3. ONGs e as Conferências Internacionais dos anos 1990.....	33
4.3.1 Rio-92.....	33
4.3.2 A Conferência de Viena sobre Direitos Humanos .....	36
<b>5. AÇÕES DAS ONGs E SEU PAPEL NA POLÍTICA EXTERNA     BRASILEIRA NO QUE CONCERNE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....</b>	<b>39</b>
5.1 Inserção da Cooperação Técnica Internacional (CTI) no Sistema Internacional.....	39
5.2 As ONGs e a cooperação internacional .....	41
5.3 Política Externa Brasileira e ONGs.....	43
5.4 Dos recursos que financiam as ONGs.....	47
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) englobam um conjunto de instituições sociais sem fins lucrativos que atuam voltadas ao atendimento das necessidades de segmentos da população.<sup>1</sup> Embora essas organizações estejam presentes desde longa data em nossa sociedade – desde o século XVII – somente a partir da década de 80 ganharam visibilidade junto à opinião pública.<sup>2</sup> O surgimento e a crescente atuação no mundo contemporâneo deste conjunto específico de atores não-estatais é um fenômeno recente e expressivo que suscita interrogações sobre o espaço político e os parâmetros de participação destas organizações nas relações internacionais.

O protagonismo das ONGs como atores no cenário nacional e internacional é cada vez mais crescente, seja pela sua multiplicidade de ações em diversas áreas que se envolvem, seja pelo desenvolvimento de projetos que buscam suprir a deficiência estatal, seja pela colaboração que prestam na solução de problemas econômicos, sociais e ambientais, seja pelo trabalho de um mundo melhor, mais homogêneo e menos desigual.

Nesse sentido, a criação da Liga das Nações constituiu marco importante no processo de integração das Organizações Não-Governamentais que ainda, não eram conhecidas por esse tempo pelo sistema interestadual. Dessa forma em 1939, a Liga das Nações Unidas reconhecia como colaboradoras em suas instâncias de discussão as organizações não governamentais.<sup>3</sup>

Com a participação das ONGs, em São Francisco, na fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), as relações adquiriam um caráter formal. A Conferência de São Francisco ensejou a redação dos artigos 70 e 71 da Carta. Tais artigos tratam separadamente das agências especializadas e das ONGs, e garantem a ambas a possibilidade de manter

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Cristina S. **Terceiro Setor:** resposta a crise do Estado brasileiro? Disponível em: <[http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/doutrina\\_showdoutrina.asp?tema=22&iddoutrina=729](http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/doutrina_showdoutrina.asp?tema=22&iddoutrina=729)> Acesso em: 19 nov. 2003.

<sup>2</sup> SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais.** Porto Alegre: do Advogado, 2000, p. 248.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 37.

relações com o Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC), sem colocá-las em situação de absoluta igualdade.

A Carta atendeu a muitas preocupações da ONGs presentes à Conferência de São Francisco, fornecendo, em particular, as bases para o relacionamento de tais entidades com as Nações Unidas.

Quando da realização da Conferência Rio-92 abriu-se espaço para a participação das ONGs nos debates de temas Globais organizados pela ONU. Isto resultou em um aumento significativo do número destas organizações nas Conferências.

Vale ressaltar que as ONGs constituem uma realidade incontornável das sociedades democráticas e da cena internacional contemporânea. Daí o desafio da construção de parâmetros para que sua interação com a diplomacia se dê do modo mais construtivo possível.

Nesse cenário preocupante, onde os Estados se mostram impotentes para solucionar tantos desequilíbrios e injustiças, faz-se necessária a presença de um Terceiro Setor – não governamental e não-lucrativo – mais amplo que o mundo das ONGs e capazes de mobilizarem um volume crescente de conhecimentos, experiências bem como recursos humanos e materiais para o enfrentamento da pobreza e da exclusão.<sup>4</sup>

## 1.1 Problema

Para este trabalho foram levantados alguns problemas com respeito as implicações das ONGs com as relações internacionais do Brasil.

Tem as ONGs, aliado ao crescimento efetivo de sua atuação na sociedade, criado um novo circuito de comunicação junto ao Estado, de forma a oferecer-lhe um quadro permanente para o tratamento coletivo de seus problemas?

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999. p. 81.

Será possível afirmar que o Estado tem admitido as ONGs como imprescindíveis para a formulação e aplicação de suas políticas internas e, sobretudo, externas nas áreas consideradas de interesse nacional?

Podem as ONGs oferecer, de fato, boas práticas e novas soluções para velhos problemas que não tem sido equacionados pelo Estado, seja na esfera doméstica, seja na esfera internacional, principalmente?

## 1.2 Hipóteses

Foram estabelecidas algumas hipóteses que ao longo deste trabalho serão ou não confirmadas.

$H^1$  - A inclusão das ONGs em inúmeros fóruns de discussão de problemas nacionais e internacionais, tem servido para mostrar a relevância do papel que executam.

$H^2$  - A participação das ONGs brasileiras nas ações de cooperação técnica internacional desenvolvidas através do Governo brasileiro, e no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, bem como a interlocução do Governo brasileiro com as ONGs, por ocasião das conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), para delas extrair ensinamentos que pudessem fundamentar a posição oficial.

## 1.3 Objetivo geral

Mostrar a possibilidade de se implementar alternativas à atuação do Estado e isso envolve, uma maior conscientização, por parte, do governo, da sociedade e do empresariado em geral, que ainda hesitam em colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

### 1.3.1 Objetivos específicos

- Contribuir para a ampliação do conhecimento das ONGs como novo ator no cenário internacional, e;

- Identificar o papel desempenhado pelas ONGs frente à Política Externa do Estado brasileiro.

## 1.4 Metodologia

A metodologia adotada foi a verificacionista-refutacionista, de base popperiana, bem como, técnica de análise histórica-documental. Para isso, foram consultados livros que versam sobre o surgimento das ONGs e suas relações com o Estado, organismos multilaterais e empresas. Nesse contexto, contou-se com a opinião de autores especializados em Direito Internacional, Direitos Humanos, e Relações Internacionais, dentre eles se pode destacar: Odete Maria de Oliveira, Ricardo Neiva Tavares, Luiz Felipe Lampreia, Celso D. de Albuquerque Mello., Miguel Darcy de Oliveira, entre outros.

Para obtenção de informações mais atualizadas foram acessados sites, leituras de jornais, revistas, e acompanhamento nos meios de comunicação de massa.

## 1.5 Marco teórico

Este trabalho teve como referência a leitura de expoentes como os professores: Amado Luiz Cervo<sup>5</sup> e Jean-Baptiste Duroselle,<sup>6</sup> o primeiro por romper, no Brasil, a tradição de fazer o estudo das relações internacionais com base unicamente “tratadística” e diplomática, incluindo a percepção e o protagonismo de outros atores “não-oficiais”, o segundo, por afirmar a necessidade de se ter uma teoria baseada na história para analisar as relações internacionais. Também buscou na escola inglesa das relações internacionais, através de autores, como: Martin Wight<sup>7</sup> e Hedley Bull,<sup>8</sup> referências para a análise da sociedade internacional. Finalmente, este trabalho buscou a contribuição do paradigma institucionalista-liberal para estudar o fenômeno das ONGs nas relações internacionais do Brasil, sobretudo nos escritos de Robert Keohane<sup>9</sup> sobre cooperação internacional.

---

5 SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações internacionais**: dois séculos de história. Brasília. IBRI. 2001.

6 DUROSELLE, Jean-Bapriste. **Todo império perecerá**. Brasília. Ed. UnB. 2000.

7 WIGHT, Martin. **A política do Poder**. Brasília Ed. UnB/IPRI. 2002.

8 BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília. Ed. UnB/IPRI. 2002.

9 KEOHANE, Robert O. **After hegemony** – cooperation and discord in the world political economy. Princeton. Princeton University Press. 1984.

## 1.6 Apresentação

Assim, esta monografia está apresentada da seguinte forma: o capítulo I trata da definição de ONGs, traçando um panorama sob as diversas denominações utilizadas pela literatura científica no Brasil. Apresenta-se, ainda, um breve histórico das organizações privadas desde suas origens até a década de 90, e analisa a emergência das ONGs como atores internacionais, abordando alguns aspectos comuns e centrais entre as ONGs do Norte e do Sul.

O capítulo II, dá ênfase à interação das ONGs com o Estado, organismos multilaterais e empresas.

O capítulo III apresenta a problemática da existência de uma sociedade internacional, discute o papel desempenhado pelas ONGs nas grandes mutações do sistema internacional suscitadas pela globalização econômica e a universalização dos valores com as Conferências das Nações Unidas.

O capítulo IV ressalta as ações das ONGs no Brasil, reflete sua interlocução com a diplomacia brasileira e examina a utilização destas pelo Governo como instrumento de política externa no que concerne à cooperação internacional. Além disso, aborda a origem dos recursos que financiam esse tipo de atividade.

Enfim concluiu-se que devido à falta de estrutura do Estado, para atender a demanda de milhões de pessoas em todo mundo, no que se refere ao bem estar social e a qualidade de vida, as ONGs surgem com o compromisso de desenvolver projetos sociais que beneficiem a maioria da população. Nesse sentido, faz-se necessário que os governos reconheçam o papel das ONGs como gestores de políticas públicas, pois só assim será possível combater a desigualdade social.

## 2. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

### 2.1 Conceitualização de ONGs

Um fenômeno tão difuso e amplo como as Organizações Não-Governamentais naturalmente apresenta dificuldades em ensejo conceitual. Existem polêmicas a respeito das classificações. A mais utilizada por autores que trabalham com o tema é a do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

De acordo com a resolução 2/3, de 21 de junho de 1946, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), regulamentou o mecanismo de consulta com ONGs e as definiu como “organizações internacionais que não foram criadas por via de acordos intergovernamentais”. Embora a resolução tenha mencionado as organizações nacionais, a definição restringiu-se a organizações internacionais<sup>10</sup>.

Por sua abrangência, a definição do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), tem sido objeto de grande controvérsia. O problema começa pela própria expressão “organização não-governamental”, que por definição, engloba uma infinidade de instituições que não foram criadas pelo governo ou não são parte dele. Isso, implica designar iniciativas que não fazem parte do governo ou não se confundem com o poder do Estado e que as organizações devem prestar serviços coletivos que não passam pelo poder do Estado. Por outro lado isso, não quer dizer, obrigatoriamente, que façam sistematicamente oposição ao Estado. Ao contrário, segundo Thereza Montenegro, muitas ONGs, em países mais ou menos democráticos, assumem objetivos de implantação de políticas públicas em parceria com o Estado.<sup>11</sup> Porém, outra dificuldade teria surgido no momento em que se começou a utilizar o termo não somente para essas organizações internacionais como para organizações exclusivamente nacionais.

---

<sup>10</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**: Brasília; Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. p. 17.

<sup>11</sup> MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Braziliense, 1994, p. 32.



Nas considerações de Miguel Darcy de Oliveira,<sup>12</sup>

“A caracterização das ONGs como ‘aquilo que não é governo’ revela a dificuldade dos Estados em aprender a verdadeira natureza de um fenômeno que tem suas raízes em ‘outro lugar’ que não a esfera estatal, com uma história, valores e modos de atuação originais. A ninguém ocorreria definir o cidadão como aquilo que não é governo. Do mesmo modo, ninguém diria que o fundamento da cidadania é não ser Estado. Significativamente, nos Estados Unidos, sociedade em que o Estado nunca foi percebido como a referência estruturadora da vida social, as organizações de cidadãos são definidas por uma outra expressão: ‘sem fins lucrativos’ (*not for profit*). Curiosamente, persiste a noção de uma definição pela negativa, embora aqui, a referência diferenciadora seja ao mundo das organizações privadas operando no Mercado”.

Segundo Carlos Alberto Adi Vieira, referindo-se às várias terminologias que tem sido atribuídas a essas organizações, os autores americanos, catalogam este fenômeno de forma genérica, por Terceiro Setor. Expressão essa, pouco utilizada no Brasil. Aqui, o termo utilizado, como nos demais países latino-americanos, é “Organizações Não-Governamentais”, onde também, tornou-se comum falar de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Já na Inglaterra designam-se as atividades do Terceiro Setor de Caridades (Charities). Na Europa continental, a terminologia que sempre preponderou foi organizações não-governamentais (ONGs).<sup>13</sup>

No tocante a uma definição mais precisa sobre ONGs, tem-se a apresentada pelo Instituto de Direito Internacional, que segundo Miguel Darcy de Oliveira, refere-se às organizações não governamentais como: “grupos de pessoas ou de coletividades livremente criados pela iniciativa privada, que exercem, sem ânimo de lucro, atividade internacional de interesse geral, à margem de toda preocupação de ordem exclusivamente nacional”.<sup>14</sup>

De acordo com Ricardo Seitenfus “seus integrantes são particulares e não Estados” e podem ser definidas como sendo organizações privadas, movidas pela solidariedade transnacional, sem fins lucrativos. Portanto, são associações de direito privado cujas atividades são voltadas para questões de interesse público, promovendo ou defendendo valores e interesses morais, mas pode, em razão da natureza de seus objetivos, desempenhar

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Op. Cit.* p. 19.

<sup>13</sup> VIEIRA, Carlos Alberto Adi. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.) **Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios**. Ijuí-RS: INIJUÍ, 1999, p. 233.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 242.

atividades internacionais. Logo, as ações destes organismos nacionais privados, dotados de objetivos sociais, é que permitem sua transformação em ONGs internacionais.<sup>15</sup>

Nesse contexto Andréa Koury Menescal, caracteriza as ONGs como sendo organizações formais e visam alcançar objetivos específicos.<sup>16</sup> Para Francisco Paulo de Melo Neto, são organizações sem fins lucrativos,<sup>17</sup> que possuem uma certa autonomia e realizam atividades, projetos e programas na área de política do desenvolvimento. Além disso, tem como objetivo erradicar as desigualdades e injustiça, notadamente, nos países do Sul ou países em desenvolvimento.

Um dos fatores que tem contribuído para tornar mais confuso o problema da definição das ONGs é a ausência de um estatuto jurídico internacional que regule as Organizações Não-Governamentais. Apenas no plano regional, alguns progressos foram alcançados no âmbito do Conselho da Europa, com a assinatura, em 1986, da Convenção Européia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Não Governamentais Internacionais.<sup>18</sup>

Sem um estatuto internacional que as trate de maneira uniforme, as ONGs dependem da legislação de cada Estado em que se constituem. Tais legislações são particularmente variadas, refletindo tradições históricas, hábitos administrativos, sistemas políticos e outros fatores. Algumas legislações estimulam a criação de Organizações Não-Governamentais, outras restringem; algumas estabelecem diferenças de tratamento entre entidades nacionais e estrangeiras, outras as colocam em igualdade de condições; algumas se referem especificamente às Organizações Não-Governamentais, outras as inserem em dispositivos de caráter mais genérico.<sup>19</sup>

No caso das ONGs estrangeiras com sede no Brasil, por exemplo, seus atos constitutivos devem ser aprovados pelo Governo brasileiro.

---

<sup>15</sup> SEITENFUS, Ricardo. *Op. Cit.* p. 249.

<sup>16</sup> MENESCAL, Andréa Koury. *Apud* GONÇALVES, Hebe Signorini.(Org.). **Organizações Não-Governamentais: Solução ou problema.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 18.

<sup>17</sup> Cf. MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial:** a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, p. 19. “A expressão não lucrativa se traduz em uma série de organizações e ações, cujo investimentos são maiores que os eventuais retornos financeiros ou que suas ações não visem o lucro.”

<sup>18</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* 20.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 21.

Após discorrer-se sobre as diversas conceituações utilizadas para se definir ONGs, no próximo item abordar-se-á, a conceituação da mesma na literatura científica brasileira.

### 2.1.1 As ONGs no panorama brasileiro

No Brasil, as ONGs enquadram-se, no Artigo 53 do Novo Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que reconhece, como pessoas jurídicas de direito privado e sem fins econômicos, as “sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”.

No caso brasileiro, não há, portanto, dispositivo jurídico específico que diferencie as ONGs de qualquer outra entidade sem fim lucrativo. Cabe a elas enquadrarem seus estatutos em categorias pré-existentes (filantrópicas, assistenciais, culturais, educativas, religiosas)<sup>20</sup>.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) exclui como suas integrantes entidades assistencialistas tradicionais e organizações representativas, como sindicatos, associações de moradores e associações profissionais. Além disso, procura ressaltar sua autonomia frente ao Estado, aos partidos políticos e às igrejas. Essa visão mais restritiva mostra que o termo, no Brasil, vem assumindo significado diferente de seu emprego original pelas Nações Unidas<sup>21</sup>.

Embora na literatura brasileira, a expressão ONGs seja a mais encontrada, percebe-se que a expressão recebe várias outras denominações. Entre elas se pode citar: Organizações Não Governamentais de desenvolvimento (OGND); Associações Privadas de Desenvolvimento (APD); Organizações Voluntárias Privadas Dedicadas em Desenvolvimento (OVPDD); Centro de Promoção e Associações de Voluntários (AV).

Além dessas denominações, fala-se ainda em ONGs progressistas (ONGPs). Consideradas por Thereza Montenegro como organizações que desenvolvem trabalhos predominantemente de assessoria, organização dos movimentos populares, educação e comunicação, desenvolvendo também a prestação de mais de um destes tipos de serviços. A denominação “progressista” se deve ao fato de as mesmas estarem interessadas na

---

<sup>20</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* 21.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 22.

transformação social, pautadas, principalmente no ideário marxista, gramsciano ou, ainda, das igrejas progressistas ou dos modernos movimentos sociais.<sup>22</sup>

Convém destacar que no Brasil, o termo Organizações Não-governamentais (ONGs), sempre foi associado as organizações que surgiram, em grande parte, nas décadas de 70 e 80, apoiando movimentos sociais e organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e na luta pela democracia e pela liberdade política e social.

Ressalte-se que as primeiras ONGs, além de apoiar movimentos como os acima citados, ocuparam-se, ainda, da educação popular e monitoramento de políticas públicas.

Estas tentativas de definição sobre o que são as ONGs procuram responder exigências de uma realidade recente marcada por mudanças e pelo crescimento numérico destes organismos e por uma maior presença dos mesmos no cenário internacional.

Apesar de sua definição formal aparecer somente ao final da II Guerra Mundial, o surgimento das ONGs remonta séculos anteriores. Dessa forma no próximo item abordar-se-á as origens desse tipo de organização.

## **2.2. Aspectos Históricos**

Uma abordagem histórica sobre a constituição das ONGs como atores transnacionais é sempre imprecisa devido às dificuldades de classificação e carência de estudos abrangentes sobre a origem destes organismos. O surgimento das principais ONGs internacionais acontece em momentos distintos e de forma diferenciada.

O movimento de organização da coletividade em busca de objetivos comuns, é bem antigo. As primeiras manifestações de solidariedade internacional nasceram com a religião já no ano 312. Ao desconhecer as fronteiras nacionais, as ordens religiosas criaram atividades que escapavam ao controle dos Estados.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Braziliense, 1994. Coleção Primeiros Passos. p. 13.

<sup>23</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.*, p. 248.

O surgimento das ONGs ocorre no século XVII. Desde 1863, o movimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha assumiu um papel pioneiro como organização humanitária e ajuda de urgência. Da fundação da Cruz Vermelha até 1922 surgiram diversas entidades que tiveram ação política destacada no plano internacional. Entre elas se pode citar: Instituto de Direito Internacional (1873); Conselho Internacional das Mulheres (1888); Aliança Internacional de Mulheres (1904); Federação Internacional dos Direitos do Homem (1922) dentre muitas outras.<sup>24</sup>

Por outro lado, existem entidades não-governamentais centenárias, entre elas merecem destaque na área ambiental, o *Greenpeace* e o *World Wildlife Fund-WWF*. O primeiro grupo ambientalista privado do mundo, o *Commons Foot-Paths and Open Spaces Preservation Society*, foi fundado na Inglaterra, em 1865.

Historicamente, o nascimento dessas organizações esteve relacionado ao grau de maturidade e participação da sociedade. Assim origina-se, principalmente, na Europa Ocidental e na América do Norte o berço dessas organizações. É importante destacar que os países do Sul apresentaram-se, quase sempre, como objeto da solidariedade das ONGs, não como sujeitos do processo.<sup>25</sup>

A evolução das entidades de assistência social no Brasil refletiram esse quadro. As primeiras associações caritativas surgiram no período colonial, vinculadas à Igreja Católica, e voltaram-se, basicamente, para a proteção de crianças, idosos e deficientes. Note-se que essas entidades contavam com apoio financeiro e a cooperação do Estado, sobretudo por não buscarem a mobilização de camadas menos favorecidas da população e desempenharem função suplementar em relação às políticas governamentais.

Entre 1823 – data de fundação da Sociedade Britânica e Estrangeira contra a Escravidão – até as vésperas da I Guerra Mundial, o número de organizações privadas de caráter assistencialista e, quase sempre, religiosa aumentou de forma contínua e sistemática até 1914. É interessante notar que, até 1880, metade das associações internacionais existentes tinha caráter religioso, mas essa proporção diminuiu progressivamente nos anos seguintes. Em compensação, as organizações formadas nas áreas de indústria, comércio e saúde, que eram

---

<sup>24</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>25</sup> SEITENFUS, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 248.

quantitativamente irrelevantes antes de 1900, passaram a ser as mais numerosas após o final da I Guerra Mundial<sup>26</sup>.

A I Guerra Mundial teve efeitos negativos sobre o crescimento das associações em geral, muitas das quais desapareceram nesse período. Por outro lado, estimulou o surgimento de organizações pacifistas e a expansão de associações de caridade (sobretudo nos EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia), voltadas para auxiliar vítimas de guerra na Bélgica e na França, as quais se beneficiaram de significativos recursos governamentais. Ao final da Guerra, o crescimento foi retomado, com a fundação de 300 organizações privadas de caráter internacional entre 1919 e 1929, ao mesmo tempo em que se estabeleciam 31 organizações intergovernamentais, entre as quais a Liga das Nações<sup>27</sup>.

Vale ressaltar que a criação da Liga das Nações constituiu marco importante no processo de integração das Organizações Não-Governamentais que, como visto, ainda não eram conhecidas por esse tempo ao sistema interestadual. Em 1921, o Conselho da Liga, reconhecendo que o Pacto não fazia referência às entidades internacionais não criadas por tratado ou acordo coletivo, decidiu interpretar, de forma ampla, o artigo 24, que colocou em posição semelhante as organizações intergovernamentais e não governamentais. A experiência não foi, contudo, muito positiva. Em 1923, o Conselho adotou decisão diametralmente oposta, pela qual reafirmou que o artigo 24 deveria aplicar-se apenas às entidades internacionais estabelecidas por convenções diplomáticas coletivas, sob o pretexto de não ser desejável.<sup>28</sup>

Se, por um lado, a decisão de 1923 restringiu o relacionamento formal das organizações privadas com a Liga das Nações, por outro não inviabilizou contatos informais.

Ressalte-se que a proteção dos direitos das mulheres, sob a ótica de proteção das minorias já consta dos primeiros documentos da Liga, que incorpora reivindicações dos movimentos feministas da época. Outra declaração de direitos incorporada diz respeito à proteção da infância sugerida, em 1919, pela ONG inglesa *Save de Children*, atuante até hoje em todo o mundo.

---

<sup>26</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 32.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>28</sup> *Idem*, p 35.

É importante destacar que em 1939, a Liga das Nações Unidas. reconhecia como colaboradoras em suas instâncias de discussão, 28 organizações não governamentais<sup>29</sup>.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, estas relações adquirem um caráter formal e jurídico. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) participaram da fundação da ONU, em São Francisco, e tiveram algumas de suas propostas incorporadas à Carta de fundação.

A Conferência de São Francisco ensejou a redação dos artigos 70 e 71 da Carta. Tais artigos tratam separadamente das agências especializadas e das ONGs, e garantem a ambas a possibilidade de manter relações com o ECOSOC, sem colocá-las em situação de absoluta igualdade<sup>30</sup>.

A Carta atendeu a muitas preocupações das ONGs presentes à Conferência de São Francisco, fornecendo, em particular, as bases para o relacionamento de tais entidades com as Nações Unidas.

Na prática, a participação das ONGs continuou restrita às grandes e tradicionais organizações modificando-se, apenas, durante o processo preparatório para a Rio-92. A Rio-92 abriu espaço para a participação das ONGs nos debates de temas Globais organizados pela ONU. Nas conferências seguintes, foram votadas resoluções específicas para possibilitar a participação de ONGs, que não tem *status* consultivo, nas Nações Unidas. Isto resultou em um aumento significativo do número destas organizações nas Conferências. Na Conferência de Viena o número de Organizações Não-Governamentais acreditadas como observadoras chegou a 813.<sup>31</sup>

Diante da explicitação sobre a origem de tais organizações, passa-se ao apontamento dos fatores que impulsionaram a emergência das ONGs no cenário Internacional.

---

<sup>29</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>31</sup> Ambas Conferências Rio-92 e Conferência de Viena (1993) serão tratadas, posteriormente, nos próximos capítulos.

### 2.3. Emergência das ONGs

É notável o crescimento mundial de atividades voluntárias organizadas e na criação de organizações privadas sem fins lucrativos ou não governamentais. Esse é um fenômeno típico das economias mais avançadas e ocidentais. As pessoas estão se organizando, por meio de associações, fundações e instituições similares para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação do meio ambiente, defender os direitos civis e procurando realizar inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não atendidos pelo Estado.<sup>32</sup>

O fenômeno das Organizações Não-Governamentais (ONGs) tornou-se, atualmente, fato de destaque. É crescente a veiculação por parte dos meios de comunicação, das atividades e, também das denúncias feitas por essas organizações.<sup>33</sup> Nesse sentido, os anos 80, do século XX, ficou conhecido como a década das ONGs, e o mesmo caminho deve ser trilhado no decorrer do século XXI.

A exemplo do intenso debate sobre a correta terminologia utilizada para expressar a existência de um Terceiro Setor,<sup>34</sup> Lester Salamon, “reforça o entendimento de que a proliferação desses organismos não é acidental”.<sup>35</sup> É o reflexo de desenvolvimentos históricos ocorridos na últimas décadas – quatro crises e duas mudanças revolucionárias. O primeiro impulso é a percebida crise do *welfare state*: a generalizada perda de confiança na capacidade de o Estado, por si, gerar o bem-estar social, fomentar o progresso econômico, resguardar o meio ambiente. O *welfare state* estava reprimindo a iniciativa, absolvendo as pessoas da responsabilidade individual e estimulando a dependência da população em relação ao Estado.

Acompanhando a crise do *welfare state* está a crise do desenvolvimento. Os choques do petróleo dos anos 70 e a recessão do início de 80 mudaram as perspectivas dos países em

---

<sup>32</sup> SALAMON, Lester. **A Emergência do Terceiro Setor** – uma revolução associativa global. Trad. Andres Pablo Falconer e Alexandre Lucas Cukier. Revista de Administração. São Paulo: Jan/mar. 1998, p. 5

<sup>33</sup> Entre outras, evidenciam-se os movimentos do *Greenpeace*, Anistia Internacional, Clube de Roma, Câmara do comércio Internacional, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, União Interparlamentar, Médicos sem Fronteiras, Medicina do Mundo.

<sup>34</sup> Para explicar o que é o Terceiro Setor é necessário que se retome ao ponto de vista clássico, que prevê a existência de três setores básicos na cadeia produtiva: a agropecuária é o setor primário; a indústria, o setor secundário; e os serviços representam o setor terciário. Outra classificação é utilizada paralelamente, no qual o governo é considerado o Primeiro Setor; as empresas privadas, que operam com a finalidade de lucro, constituem o Segundo Setor; e as organizações privadas, não governamentais e sem fins lucrativos, constituem o Terceiro Setor, cujo foco de atuação está voltado, notadamente, para as áreas sociais.

<sup>35</sup> SALAMON, Lester *Op. Cit.*, p. 8.



desenvolvimento. Por outro lado, a crise ambiental global também estimulou muitas iniciativas privadas. A degradação do meio ambiente pelos países em desenvolvimento – que devido a situação de pobreza contínua, acabaram destruindo a natureza para resolver o problema imediato de sobrevivência – aliado aos padrões de desperdício, de abuso e desatenção dos países ricos, resultou, entre 1950 e 1983, no desaparecimento de 38% das florestas da América Central e 24% das florestas africanas e o ritmo acelerou-se nos anos 80.

Com a repercussão dessas crises, aliadas a outros aspectos, a opinião pública, ou melhor a população em geral, frustrou-se com a atuação do governo. Como resultado imediato, houve uma expansão das iniciativas privadas, e o surgimento e expansão de partidos verdes, na Europa Ocidental e de clubes ecologistas ativos na Europa Oriental.

Finalmente, uma Quarta crise – a do socialismo – também contribuiu para o crescimento do terceiro setor. A substituição do crescimento econômico por recessão na década de 70 ajudou a destruir a legitimidade que o sistema comunista ainda detinha.

Como consequência, houve a busca por novas formas de satisfazer necessidades sociais e econômicas, o que estimulou a criação de cooperativas e de um conjunto de Organizações Não-Governamentais, que buscavam reconstruir a sociedade massacrada, por tantos anos de cerceamento da liberdade individual e coletiva.

Outra explicação para o crescimento acelerado das instituições do Terceiro Setor resume-se nas duas mudanças revolucionárias, que segundo Salamon, foi o desenvolvimento dos meios de comunicação, que abriu oportunidades para a auto-organização civil e ainda o crescimento simultâneo, em todo o mundo, do número de cidadãos de classe média dotados de habilidades e motivados para aproveitar essas oportunidades como vistas a criar novos veículos de ação social.<sup>36</sup>

Conforme destaca Lester Salamon, utilizando-se das palavras de Alexis de Tocqueville,

"Entre as leis que regem a sociedade, uma há que me parece mais precisa e definida que todas as outras. Se os homens pretenderem continuar civilizados, ou tornar-se tais, a arte de associar-se deve crescer e aperfeiçoar-

---

<sup>36</sup> SALAMON, Lester. *Op. Cit.*, p. 9.

se na mesma razão da igualdade de condição. A ciência de associação é a ciência-mãe. O progresso de tudo o mais depende do progresso que ela fizer".<sup>37</sup>

Em síntese, o terceiro setor surge como portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada por meio de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e a filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial. Nesse sentido promete-se, implicitamente, um mundo onde são deixados para trás os antagonismos e conflitos entre classes, passando a promover uma maior interação com outros atores nacionais e internacionais atuantes nas diferentes áreas.

Assim, no próximo item dar-se-á ênfase a alguns aspectos que caracterizam a atuação das ONGs.

### 2.3.1 Quais os principais aspectos que definem a atuação das ONGs

Existem alguns aspectos comuns e centrais entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs), do Norte e do Sul destacados a seguir:

- **Solidariedade:** as ONGs são entendidas como organizações privadas, ou seja, não pertencentes à esfera estatal, mas que possuem características do serviço público. Nesse sentido elas tem proporcionado à sociedade determinados bens coletivos sociais, os quais nem o Mercado nem o Estado se mostraram capazes de suprir. Dessa forma, a solidariedade ocorre porque – diferente do Estado, que mantém uma relação hierárquica com a sociedade; e o Mercado que pressupõe uma troca comercial – as Organizações Não-Governamentais (ONGs), trabalham por meio de atos de solidariedade, se colocando ao lado da sociedade para perseguir interesses comuns. Sendo assim, a solidariedade caracteriza não só a relação Organizações Não-Governamentais (ONGs) e sociedade, como a relação entre Organizações Não-Governamentais (ONGs), do Norte e do Sul.
- **Atuação política:** as Organizações Não-Governamentais (ONGs), trabalham em favor dos mais necessitados e tem como objetivo principal a satisfação de tais

---

<sup>37</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *Apud* SALAMON, Lester. **Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor**. In : "3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentado" Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 110.

necessidades e também mudanças sociais globais por meio da influência de políticas (*pressure groups*). Levando-se em consideração sua função política, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), do Norte e do Sul oferecem ao processo político imaginação e criatividade. Ademais, atuam no monitoramento do Estado democrático de Direito.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> MENESCAL, Andréa Koury. *Apud* GONÇALVES. *Op. Cit.* p. 23.

### 3. AS ONGs E SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ATORES

#### 3.1. Relação: Estado e ONGs – caso brasileiro

As Organizações Não-Governamentais (ONGs), exprimem interesses de grupos particulares da sociedade e se caracterizam pela inovação em sua forma de atuação. A interação Estado-ONGs supõe novas prioridades temáticas, mas, para isso, deve-se criar mecanismos e procedimentos para tornar a interação mais efetiva.

Na década de 70 apenas 10% dos recursos utilizados pelas ONGs eram públicos. Em 1985, essa proporção já tinha crescido para 30% e em 1993 chegava a cerca de 50%.<sup>39</sup>

A associação entre Estado e ONGs cresce significativamente, e a explicação para isso é a crise do *Welfare State*. Dessa forma, as ONGs passam a ter uma participação maior na prestação de serviços e ampliam sua presença na sociedade, através desses mecanismos que fazem com que elas operem em parceria com o Estado.

Nas palavras do jurista Arnoldo Wald:

"Se é preciso reinventar o Estado, modificar o seu relacionamento com o cidadão, privatizar a sua gestão retirar-lhe a onipotência, que não se coaduna com a democracia, submetê-lo à estrita obediência das normas jurídicas, também a sociedade deve criar os seus órgãos de colaboração, controle e intervenção na vida estatal, para reassumir a posição, que sempre deveria ter tido, de titular da verdadeira soberania, que pertence à Nação".<sup>40</sup>

A Constituição de 1988 fortaleceu as instituições representativas e abriu um campo mais amplo à atuação dos agentes sociais e políticos que fazem a intermediação entre o Governo e a Sociedade: partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais dedicadas a temas e áreas específicas como, direitos humanos e meio ambiente, para citar

<sup>39</sup> GONÇALVES, Hebe Signorini.(Org.). *Op. Cit.* p. 38.

<sup>40</sup> WALD, Arnoldo. **A Reformulação do Estado.** In : RT nº 219- jan/96. Rio de Janeiro: RT, 1996, p. 29.

duas áreas de grande sensibilidade e visibilidade.<sup>41</sup> da Síndrome

Nesse contexto, Miguel Darcy de Oliveira,<sup>42</sup> destaca a questão da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS), como um exemplo recente da parceria entre Governo e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Vale ressaltar que foram as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que tornaram o problema conhecido pela sociedade e denunciaram a discriminação dos portadores do vírus HIV como, violação dos direitos humanos. Além disso, reivindicaram um posicionamento do governo no sentido de controlar os bancos de sangue como prioridade de saúde pública.

Neste sentido, as ONGs estabeleceram de imediato uma ponte entre as demandas e os direitos de um segmento específico da população por meio da sensibilização do governo e da sociedade.

Porém, é claro, que somente o governo dispõe dos recursos e competências necessárias para a execução de políticas públicas de massa, com campanhas preventivas de informação e garantia do acesso dos pacientes a medicamentos, essenciais ao enfrentamento, em larga escala, do problema.

Uma das quatro, principais, áreas da política social do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a parceria com a sociedade civil. O principal mecanismo de "parceria" o Conselho da Comunidade Solidária, criado por Decreto do Presidente da República, em março de 1995. Esse Conselho é composto de 10 (dez) ministros de Estado e 21 (vinte e um) representantes da sociedade civil, com atuação reconhecida em Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas, universidades, mundo da cultura, empresas públicas e privadas. O Conselho da Comunidade Solidária lançou um desafio, qual seja, a construção de novos espaços e canais de interlocução entre o governo e a sociedade.

No governo Lula, o que se observa, por meio da divulgação na mídia, é uma participação bastante ativa e forte das ONGs, seja em Conselhos, Comissões ou grupos de

---

<sup>41</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e o atual ordenamento político e econômico mundial**. Conferência do Secretário-Geral Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Cadernos do IPRI n.º 7, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Junho/1993.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Op. Cit.* p. 76.

trabalho, e também em postos públicos<sup>43</sup>. Ademais, as ONGs estão sendo chamadas a contribuir efetivamente nas políticas sociais e ambientais.

É fato, que as Organizações Não-Governamentais (ONGs), contribuem para a visibilidade dos problemas que afligem a sociedade e buscam meios para que, os mesmos, sejam solucionados, através de pressão ou interlocução com o governo para uma reestruturação das políticas públicas.

Por outro lado, como o surgimento das ONGs resulta das carências e limites do poder público, este é tentado a exercer uma influência sobre as mesmas através do financiamento de suas atividades ou de outras formas de apoio, utilizando-as em atividades humanitárias, ambientalistas e de direitos humanos ou através de uma intervenção aberta, de um Estado sobre o outro.

Como se vê as relações de dependência entre Estado e Organizações Não-Governamentais (ONGs), são mútuas. O Estado depende das ONGs para manter a oferta de serviços, e as ONGs dependem do Estado para o custeio de seus programas. E quando as ONGs tornam-se dependentes da verba pública, colocam-se diante da exigência da transparência. Nesse contexto, elas precisam submeter-se às regras de manuseio de recursos públicos, não só porque essa é uma exigência própria do poder público, mas também porque, na medida em que se luta pela transparência da “máquina pública”, faz-se necessário que a mesma se mostre capaz de transparência.

O Estado é insubstituível, mas possui limites em sua atuação, e a contribuição das ONGs é necessária. Por outro lado, não se pode confundir e nem substituir a ação governamental. Portanto, a questão prática passa a ser a construção de condições mais apropriadas para o aprofundamento de parcerias eficientes e operativas entre Estado e sociedade.

Sendo assim, o estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade é apresentado como componente fundamental do próprio processo de reforma do Estado bem como, a parceria com as organizações internacionais.

---

<sup>43</sup> Vários membros do governo no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério de Desenvolvimento Agrário, somente para citar como exemplo, são oriundas de ONGs.

### 3.2 Organizações internacionais e ONGs

Com o crescente apoio mundial em prol da democracia e do desenvolvimento, existe uma ênfase cada vez maior no fortalecimento das instituições não-estatais. Do mesmo modo, os cidadãos e os grupos de todas as partes do mundo, notadamente, nas Américas, estão exigindo uma participação mais ativa na vida pública. Os países do hemisfério Sul estão cada vez mais sensíveis à importância do papel crescente que desempenham essas organizações e grupos - "à sociedade civil" - na tomada de decisões. Entidades internacionais e multilaterais foram as grandes introdutoras do conceito e as responsáveis pela valorização do terceiro setor em todo o mundo subdesenvolvido.

O Banco Mundial é, sem dúvida, a instituição internacional que mais contribuiu para a consolidação e disseminação deste campo no mundo em desenvolvimento. A colaboração operacional com Organizações Não-Governamentais (ONGs), (para o Banco Mundial, terceiro setor é sinônimo de *non-governmental organization sector*) nas atividades do Banco tornou-se mais comum a partir da década de setenta e, deste momento em diante, experimentou rápida expansão. Entre 73 e 88, apenas 6% dos projetos envolviam colaboração de ONGs. Em 93, um terço e, em 94, a cifra alcançou os 50%. A título de ilustração da importância deste segmento, desde 1983 existe um Comitê ONG-Banco Mundial.

Para o Banco Mundial, o interesse em trabalhar com ONGs decorre da constatação de que estas organizações podem contribuir para a qualidade, sustentabilidade e efetividade dos projetos que financia. O Banco Mundial acredita que o trabalho em parceria com ONGs permite incorporar em seus projetos as vantagens características destas organizações:

- a inovação, devido à escala pequena dos projetos; a incorporação da multiplicidade de alternativas e opiniões diversas; a participação de populações locais;
- a consulta à população beneficiária;
- a melhor compreensão dos objetivos dos projetos pela sociedade;
- o alcance ampliado da ação, atingindo a quem mais precisa; e finalmente,

- a sustentabilidade, ou continuidade de projetos após a retirada do Banco.<sup>44</sup>

Igualmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolve ações junto a sociedade civil. O trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a sociedade civil reveste-se de numerosas formas. No nível operacional, o Banco e seus mutuários mantêm consultas com organizações da sociedade civil e com as populações afetadas ao longo do processo de preparação e implementação dos projetos. No nível de políticas, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e grupos interessados revisam e comentam as estratégias propostas e as normas de empréstimo. No nível institucional, o Banco trabalha com grupos na região para fortalecer sua capacidade de ação como entidades indispensáveis em sociedades democráticas.<sup>45</sup>

### 3.3 Empresas privadas

Finalmente, o setor empresarial foi um dos grandes responsáveis por erguer a bandeira e trazer a público a promessa do terceiro setor. Segundo Falconer,<sup>46</sup> Cidadania empresarial é um termo que tem sido utilizado para descrever o papel de responsabilidade social e ambiental das empresas. Não se trata exclusivamente de filantropia, no sentido de caridade desinteressada, mas de *enlightened self-interest*, ou investimento estratégico: um comportamento de aparência altruísta, como a doação a uma organização sem fins lucrativos, que atende também a interesses (mesmo que indiretos) da empresa, com contribuição à formação de uma imagem institucional positiva ou o fortalecimento de mercados consumidores futuros. Na defesa de seu próprio interesse de longo prazo, empresas adotam a prática de apoiar atividades como projetos de proteção ambiental, promoção social no campo da educação e saúde, dentre outros.

O envolvimento de empresas se realiza por meio de doações de recursos, da operação direta de programas, ou de relações genericamente denominadas "parcerias" com organizações da sociedade civil.

---

<sup>44</sup> **O Banco Mundial e o Brasil:** uma parceria de resultados. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org/>> Acesso em: 02 de nov 2003.

<sup>45</sup> Projeto do BID apoiará com us\$2 bilhões implantação do programa bolsa família. Disponível em: <[http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR\\_Num=220\\_03&Language=Portuguese](http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR_Num=220_03&Language=Portuguese)> Acesso em 19 nov. 2003.

<sup>46</sup> SALAMOM, Lester. *Op. Cit.* p. 7



No Brasil, a Câmara Americana de Comércio em São Paulo, foi pioneira na introdução da temática da cidadania empresarial e discute o tema em seus comitês desde meados dos anos oitenta. Formou-se, então, a mais importante iniciativa empresarial em torno do tema, que viria a se formalizar como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Conforme aponta, o seu nome, o GIFE congrega cerca de cinquenta empresas, fundações empresariais e institutos ligados a empresas, voltados para o apoio de iniciativas sociais.

O GIFE foi o principal responsável pela popularização, no Brasil, da expressão Terceiro Setor. Esta instituição construiu sua imagem pública a partir deste termo, contribuindo para formar uma definição do termo que confunde o setor empresarial e as organizações sem fins lucrativos independentes. O GIFE é composto por institutos, fundações e empresas que operam no Terceiro Setor, no Brasil, disponibilizando recursos privados para fins públicos. E ainda, representando o segmento advindo da atividade empresarial no Terceiro Setor, busca expressar a responsabilidade e a conseqüente participação da iniciativa privada na reorganização do espaço público.

No Brasil, destaca-se ao final dos anos 1990 a atuação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.<sup>47</sup> Fundado em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários, em três anos de existência o Instituto Ethos reuniu centenas de empresas associadas. É importante destacar que o Instituto foi criado com o intuito de ajudar as empresas a compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão. Nesse sentido, a prática da responsabilidade social é caracterizada pela permanente preocupação com a qualidade ética das relações da empresa com seus diversos públicos - colaboradores, clientes, fornecedores, meio ambiente, comunidades onde estão inseridas e poder público.

O Instituto Ethos trabalha com três linhas, principais, de atuação: Mobilização no setor privado - produção de ferramentas para a gestão empresarial, produção de informação, pesquisa e indicadores na área da responsabilidade social empresarial em nível nacional e internacional. Mobilização para a sociedade em geral - participação e promoção do diálogo com outros interlocutores - imprensa, entidades, associações, federações e ONGs, instituições

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>> . Acesso em: 06 nov 2003.

de ensino e governo, para identificar e ampliar potenciais linhas de ação, visando a consolidação da discussão e sua multiplicação.

Em síntese, o setor empresarial, o Estado e as organizações multilaterais contribuíram para formação e o reconhecimento de um novo espaço institucional, denominado terceiro setor, no qual destaca-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essas entidades surgiram com a promessa de eficiência, participação cidadã, inovação e qualidade: que se consolida sob o signo da parceria e se mescla com o setor empresarial, como alternativa intermediária entre a atuação do Estado e privatização.

O que se observa, sobretudo, é uma crescente participação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), no cenário Internacional discutindo e contribuindo para alertar os governos e a sociedade no mundo, sobre diversos problemas econômicos, sociais e ambientais.

Essas participações serão discutidas no capítulo III, que abordará o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs), no cenário internacional.

## 4. AS ONGs NO CENÁRIO INTERNACIONAL

### 4.1. Sociedade Internacional

Nesta nova ênfase que é dada importância à chamada sociedade civil como protagonista do desenvolvimento, e conferindo as Organizações Não-Governamentais (ONGs), um status de atores do desenvolvimento que passa a ocupar no plano prático funções antes restritas ao Estado, ampliando seu espaço político para além do espaço comunitário. O conceito de sociedade internacional passa a ser o paradigma principal das Organizações Não-Governamentais (ONGs), para justificar suas funções na sociedade globalizada e a legitimidade para se colocarem como interlocutoras junto à comunidade de Estados.

Nesse sentido, registra-se a preocupação em distinguir as diferenças entre a natureza de uma comunidade internacional e uma sociedade internacional, discussão que atingiu foros de importância vital nas décadas de quarenta e cinquenta, do século XX e que, na atualidade, ainda se reveste de destacado interesse, em face das mutações aceleradas e surpreendentes ocasionadas pelo processo de globalização do mercado mundial e sua vasta abrangência.<sup>48</sup>

Segundo Odete Maria de Oliveira, mais precisamente, na década de 40 se registrou o início de um debate que se prolongou até a década de 50, entre a clássica distinção de comunidade internacional e sociedade internacional, cujas diferenças fundamentais podem ser assim evidenciadas:<sup>49</sup>

- a) A comunidade constitui uma unidade natural e espontânea, enquanto que a sociedade apresenta-se como uma unidade, de certa forma, artificial. Na primeira categoria, a vida do indivíduo coincide com a vida em conjunto na unidade, o qual não poderá conviver à margem do grupo. Na Segunda não ocorre a necessidade lógica de viver em conjunto, pois o viver individual precede o conviver comunitário;

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2001., p. 135.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 136

- b) A comunidade contempla uma forma de ser do indivíduo nela incorporado e a sociedade, ao contrário, representa uma forma de estar. Na comunidade, o indivíduo pertence. Na sociedade, apenas participa;
- c) A comunidade forma uma integração, enquanto que a sociedade é estabelecida pela soma das partes;
- d) Na comunidade regem valores convergentes, éticos, comuns; na sociedade, valores divergentes, primando à legislação, a convenção, o normatizado.<sup>50</sup>

As diferenças entre comunidade e sociedade também são destacadas por Mello,<sup>51</sup> quando evidencia que:

“A comunidade se caracterizaria pela formação natural; vontade orgânica (energia própria ao organismo, manifestando-se no prazer, no hábito e na memória); os indivíduos participariam de maneira mais profunda na vida em comum, seria a criação de uma cooperação natural, “anterior a uma escolha” consciente de seus membros. Enquanto que a sociedade seria formação voluntária, vontade refletida (seria produto do pensamento, dominada pela idéia de finalidade e tendo como fim supremo a felicidade); e os indivíduos participariam de maneira menos profunda na vida em comum. A comunidade estaria regida pelo direito natural, enquanto a sociedade se encontraria sobre o contrato.”

No âmbito dessa discussão sociológica, a realidade internacional do dia-a-dia, caracterizada pelo fenômeno da interdependência e dos problemas globais comuns aos Estados e seus cidadãos, requer também soluções globais e comuns. O que caracterizaria, nos tempos atuais, uma sociedade internacional que apresenta traços característicos de uma comunidade internacional.<sup>52</sup>

Sendo assim, devem ser aplicadas regras jurídicas de interesses gerais, bem como de interesses comunitários, voltados à promoção do desenvolvimento e proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente, observando que o tradicional Direito Internacional está gradativamente evoluindo à forma de um Direito Internacional mais comunitário e social.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. *Op. Cit.* p. 136. Evidencia a autora, segundo Arenal, Celestino del, o questionamento acerca da realidade atual (comunidade ou sociedade).

<sup>51</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 112.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. *Op. Cit.*, p. 137.

Nesse contexto Hedley Bull,<sup>53</sup> entende a sociedade internacional como grupo de comunidades políticas independentes, vale dizer, um grupo de Estados que, entretanto, se não formam um sistema de regras de comportamento único organizam suas relações, tendo em vista o interesse que os ligam em torno de certos acordos, pactos e princípios como o cumprimento dos tratados, declarações éticas comuns e tradições artísticas comuns, etc.

Dessa forma, uma sociedade internacional deverá ser contemplada por características comuns, uma forma de pensar, raciocinar e comunicar comuns.

A sociedade internacional, como qualquer sociedade, é constituída, no dizer de Martin Wight,<sup>54</sup> por um certo número de indivíduos ligados por um sistema de relacionamentos com objetivos comuns, vale a pena dizer que a base da associação internacional encontra-se na busca de fins partilhados, somente existindo uma sociedade internacional, na medida em que ocorrer cooperação nessa busca.

Martin Wight, apresenta quatro peculiaridades da sociedade Internacional. São elas: os Estados são seus membros principais e imediatos; o número de membros não ultrapassa duzentos, ou seja, é pequeno; os membros são heterogêneos (tamanho territorial, posição e recursos geográficos, população, ideais culturais e organização social); e, por fim, os membros são imortais, pois eles ultrapassam em muito a duração humana.<sup>55</sup>

Segundo Martin Wight, a comprovação mais evidente da existência de uma sociedade internacional é o Direito Internacional, uma vez que toda sociedade possui seu direito, ou seja, um sistema de regras que estabelece os direitos e os deveres de seus membros. Em conseqüência disso, “aqueles que negam a existência da sociedade internacional começam por negar a realidade do Direito Internacional”.<sup>56</sup>

Autores do paradigma realista, com raízes no pensamento de Nicolau Maquiavel (1532),<sup>57</sup> e Thomas Hobbes (1615)<sup>58</sup> com base na supremacia da força do Estado-nacional

<sup>53</sup>BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002, pp. 31-64.

<sup>54</sup>MARTIN, Wight.. **A política do Poder**. Trad. de Carlos Sérgio Duarte. Brasília, Ed. UNB, 1985, p. 185.

<sup>55</sup>*Idem*, p. 86.

<sup>56</sup>*Idem*, p. 87

<sup>57</sup>MAQUIAVEL, Nicolau. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). **Relações Internacionais e Globalização: Grandes desafios**. 2. Ed. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 1999., p. 45.

<sup>58</sup>HOBBES, Thomas. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Idem, ibidem*.

soberano, estado de anarquia, e estado de natureza – de lutas e conflitos que regem as relações internacionais – desenvolveram propostas que levaram a considerar a inexistência da sociedade internacional, por entenderem que o Estado constitui a supra-unidade política, sendo, por isso, igualmente ponto de referência do fenômeno social.

A obra de Maquiavel concentra-se numa teoria do poder político e das relações dos poderes dos Estados, alicerçada na observação dos comportamentos. Partindo do princípio que os fins justificam os meios, aconselhava o príncipe a utilizá-lo na conquista e na manutenção de um Estado, pois os meios que vier a empregar são sempre honrosos e elogiados por todos.<sup>59</sup>

Thomas Hobbes defende a teoria do Estado de natureza, anárquico, não integrado, conflitual, caracterizado pelo *homo homini lupus*, onde vive o ser humano, sem regras, leis, igualdade e justiça imparcial, pois a sociedade é uma guerra de todos os homens contra todos, somente o mais forte tem a possibilidade de sobrevivência<sup>60</sup>.

No ambiente interno, as relações são subordinadas aos princípios constitucionais e legais, exigidos internamente por coação ou pelo uso da força. No plano externo, ao contrário, os Estados não estão sujeitos a nenhum tipo de normas, tanto impostas por autoridades supranacionais como oriundas de outro Estado.

Neste sentido, no âmbito internacional, as relações entre os Estados regulamentam-se pela estrutura de anarquia que as caracterizam, as quais, ali não se acham subordinadas a nenhum sistema legal ou ordenamento jurídico externo.

Entretanto, apesar do nível anárquico que se encontra, a sociedade internacional não se apresenta dentro de uma realidade caótica, desordenada, ou entre choques e conflitos. Ao contrário, o estado de anarquia, próprio do contexto relacional das unidades estatais, confere ao cenário internacional certo equilíbrio, transformando-o em relativa ordem e concreto desenvolvimento, configurando, a anarquia, um certo governo do mundo.

---

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p. 45.

<sup>60</sup> HOBBS, Thomas. Apud OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p. 46.

Concretamente, a anarquia internacional significa a falta de um governo ou de um Estado supranacional competentes a impor um ordenamento jurídico eficaz, com uma lei fundamental interestatal, sem a mobilização da coação e da força para impor a regulação nas controvérsias. Dessa forma, a sociedade internacional em nível político apresenta-se como uma sociedade descentralizada e não estruturada, submetendo as unidades à suma dinâmica fragmentada, evidenciando-se contudo, que na vida internacional tanto há relações de conflitos como de cooperação entre as unidades.<sup>61</sup>

Neste contexto, as principais características da sociedade internacional figura a pluralidade de atores internacionais que a compõe. Entre eles, os Estados, as organizações internacionais, as organizações não governamentais, grupos particulares, empresas transnacionais, igreja, sindicatos, partidos políticos e os indivíduos como seres protagonistas.

A multiplicidade de atores internacionais e a complexidade de suas relações e desmembramentos culminaram na formulação de modelos teóricos de reflexão interpretativa dessa realidade junto à sociedade internacional, seriam eles:

- **O modelo estático** - explica o paradoxo entre essa configuração estática e o sistema de aparente anarquia das Relações Internacionais empenhando-se sem alterar suas estruturas fundamentais durante longos períodos históricos e pluriseculares;<sup>62</sup>
- **O modelo dinâmico** - surge em virtude das limitações do modelo estático em compreender as mudanças internacionais;<sup>63</sup>
- **O modelo global** - surge da limitação dos modelos anteriores, por exemplo, desconhecem as relações dos grupos étnicos, lingüísticos ou religiosos, tão importantes dentro do desdobramento da sociedade internacional mundial ou o fenômeno das empresas transnacionais.<sup>64</sup>

Neste sentido, é relevante apontar também que, tanto quanto os últimos séculos foram dominados pelos problemas relacionados com o surgimento, construção e a supremacia

---

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. *Op. Cit.*, p. 159.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 166.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>64</sup> *Idem*, pp. 189-190

dos Estados-Nações, de suas políticas econômicas e culturas nacionais, o século XXI está envolto, de forma singular, pelos problemas oriundos da emergência e estruturação do domínio do Estado, da política e da cultura mundiais. Em outras palavras, o século XXI será dominado pelos problemas relacionados com o surgimento, consolidação e a hegemonia da organização política, econômica e social globais.

#### 4.2. A Globalização e a Evolução nas Relações Internacionais

A configuração do mundo como um sistema global é o mais significativo acontecimento político, econômico e social das duas últimas décadas que confirmam as mudanças que vem ocorrendo nas Relações Internacionais.<sup>65</sup> Além disso, constitui em si mesmo, um marco simbólico-referencial indicativo da emergência de um novo século na história da humanidade e, coincidentemente, de uma nova etapa de seu desenvolvimento. Daí, portanto, a percepção, hoje já bastante evidente, de que o mundo tornou-se um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram o caráter de questões mundialmente interdependentes ou globais<sup>66</sup>.

Para o professor Carlos Alberto Adi Vieira,<sup>67</sup> as transformações ainda são analisadas pelo marxismo ortodoxo, pelo liberalismo clássico e por algumas teses social-democratas. Quando deveriam ser analisadas de acordo com a dinâmica das mudanças que tem exigido novas explicações, novos conceitos e novas formas de se analisar tais transformações.

A globalização é o resultado de uma longa, lenta e quase imperceptível evolução das Relações Internacionais na sociedade moderna e não um desfecho imediato e inexorável de um fato isolado. Porém, através de um determinado momento as forças econômicas, políticas e sociais que acompanharam essa evolução passaram a impulsionar o mundo em direção à globalização. Percebe-se de um momento para outro, uma nova realidade – não mais nacional, mas sim mundial. As forças que impulsionaram a globalização tornaram-se a espécie dominante e hegemônica do sistema atual. São elas:

- 1) O fim do comunismo, o que deixou sem competidores o sistema capitalista;

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 32.

<sup>66</sup> BEDIN, Gilmar Antonio. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p.134.

<sup>67</sup> VIEIRA, Carlos Alberto Adi. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p. 12.



- 2) A emergência de uma era de indústrias de inteligência artificial criadas pelo homem, o que proporcionou a desterritorialização da produção e anulação de qualquer vantagem relativa;
- 3) O grande crescimento, deslocamento e envelhecimento da população mundial, o que conduziu a profundas mudanças no sistema capitalista;
- 4) A emergência de uma economia global, o que possibilitou que qualquer bem possa ser produzido em qualquer parte e vendido em todo lugar;
- 5) A configuração do mundo como um espaço político multipolar sem um poder hegemônico, o que conduziu a descaracterização, até certo ponto, da divisão do mundo em primeiro, segundo e terceiro e quartos mundos e relativizou as relações centro periferia e as relações Norte-Sul<sup>68</sup>.

Esses fatos em conjunto conduziram o mundo em direção a uma nova realidade para as Relações Internacionais: a realidade da globalização. Porém, estas não são as únicas forças que impulsionaram o mundo em direção a essa nova realidade. Elas são, ao contrário, apenas algumas das mais relevantes.

Compreendida esta realidade, é importante identificar as conseqüências da globalização para as Relações Internacionais.

As Relações Internacionais, no mundo globalizado, é caracterizada pela rapidez, praticidade, poder de armazenamento, transmissão instantânea do conhecimento, transnacionalização da economia, revolução biotecnológica usada na agricultura, veterinária, alimentação, nutrição e o alcance fantástico da tecnologia de ponta. Esses fatores motivaram as bases do paradigma contemporâneo, pois os fenômenos internacionais, já nos anos setenta, não poderiam mais ser interpretados na visão dos modelos realista<sup>69</sup> ou dependente, mas sob uma visão de interdependentismo e de suas variáveis.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> BEDIN, Gilmar Antonio. *Apud* OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p.137.

<sup>69</sup> Concepção do realismo político defendida por Maquiavel e Hobbes (já explicitado no tópico anterior).

<sup>70</sup> Se refere ao modelo interdependente, um dos paradigmas das relações internacionais, que surgiu no final dos anos sessenta, em conseqüência das mudanças aceleradas e do clima de distensão produzido após a Segunda Guerra Mundial.

Nessa abrangência, o sistema internacional envolvido em múltiplas e novas estruturas de cooperação, representadas pela constituição recente das diversificadas organizações internacionais, fornece transformação profunda às relações internacionais, cada vez mais marcadas pelo fenômeno da interdependência comunidades de interesses, exigências dos desafios da integração dos blocos econômicos em busca de um mercado regional protegido, consequência da globalização da economia e da competitividade das corporações transnacionais no movimento da arena do controle total do mercado mundial.

Porém, a internacionalização aumenta a fragmentação de cada sociedade em dois mundos – dos excluídos e dos incluídos nos mecanismos globalizados. O que gera o aumento incontrolável dos fluxos migratórios, e de doenças, que não respeitam fronteiras, o que agrava a probabilidade de sua expansão em escala mundial. O narcotráfico e o crime organizado bem refletem o impacto em nível global.

A sociedade global cria um novo tipo de exclusão social. E esta exclusão constitui a grande ‘armadilha da globalização,’<sup>71</sup> a qual opera não só em nível internacional, através do aumento da dependência de países como os da América Latina em relação aos países ricos, mas também em nível interno, quando milhares de pessoas da região encontram-se em situação de miséria absoluta.

A globalização cultural, através da informação, possibilita o conhecimento dos problemas reais do mundo e os conflitos resultantes das desigualdades sociais.

Para corrigir os efeitos periféricos dos sistemas produtivo, instituições ou pessoas sensibilizadas com os efeitos perversos da lógica do mercado, procuram implementar políticas sociais com a finalidade de tornar a vida tolerável para milhões de pessoas que não preenchem as condições mínimas para participar dos direitos inerentes à cidadania. O número de pessoas excluídas na participação da riqueza é tão alto que extrapola a capacidade do Estado moderno de cumprir as suas funções básicas.

Dessa forma, a tendência expansiva da cidadania tem se tornado cada vez mais fortes e efetivas nos últimos anos, com a consolidação do fenômeno da globalização e tem se

---

<sup>71</sup> Termo utilizado por SILVA, Karine de Souza. In OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.). *Op. Cit.* p. 273.

atribuído às organizações não governamentais papel de destaque na conscientização das pessoas.

De fato, a emergência dos chamados problemas globais dentro do processo de globalização, conferiu relevância as ONGs. Como exemplo, se pode citar questões ligadas ao meio ambiente que são, hoje, compartilhadas pela humanidade através da conscientização de que os sistemas vitais precisam ser preservados. O marco para essa conscientização é a Rio-92. Além da transformação dos direitos humanos em um tema global que teve início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e se consolidou com a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos (1993).

Nesse contexto, no próximo item dar-se-á ênfase às conferências internacionais e temas como cooperação entre os Estados, os setores chaves da sociedade e os indivíduos.

### **4.3. ONGs e as Conferências Internacionais dos anos 1990**

Um dos complicadores históricos dos esforços internacionais para a proteção dos direitos humanos, assim como para a do meio ambiente e todos os temas de abrangência global, era e é obviamente, o nunca equacionado conflito Norte-Sul.

No início da década de 90, as distorções do conflito estrutural Norte-Sul encontravam-se ainda mais acirradas por temperos culturais manifestados, de um lado, na visão ocidental reducionista que localizava nos países subdesenvolvidos a origem de todos os males e, de outro, pela relação das culturas autóctones hipervalorizando o nativismo contra a importação de valores do Ocidente.

#### **4.3.1 Rio-92**

De fato, após o fim da Guerra fria o Terceiro Mundo passou a ser visto pelo Primeiro Mundo como o causador de todos os males. Nele se concentravam a origem das epidemias e do narcotráfico, a sujeira e a ignorância, o crime comum e o fanatismo terrorista, a corrupção política e o esbanjamento de recursos públicos, a superpopulação e as correntes de emigração que ameaçavam as sociedades desenvolvidas.

Nesse contexto de repreensões ao Terceiro Mundo e de apreensões deste perante o Primeiro, acontece a Conferência do Rio de Janeiro que se realizou, de 3 a 21 de junho de 1992.

Entretanto, as posições dos movimentos da sociedade civil, naquela época, variavam do preservacionismo egocêntrico, radicalmente antidesenvolvimentista, ao ambientalismo moderado. Tais divergências podiam ser notadas até mesmo nas diferentes siglas com que o evento era promovido: Eco-92 para os movimentos ecológicos, Cúpula da Terra para os ambientalistas não-radicais e Rio-92<sup>72</sup> para os brasileiros em geral, com apoio dos países em desenvolvimento<sup>73</sup>

A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu preâmbulo, define como objetivo da Conferência promover “uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos”, levando em consideração “a natureza interdependente e integral da Terra, nosso lar”.<sup>74</sup>

A Rio-92 inaugurou o ciclo principal das conferências dos anos 90, com uma agenda ampla e atores diversificados. Além disso, estabeleceu um modelo para as demais conferências sobre temas globais, no formato, por envolver maciçamente a sociedade civil; nos documentos finais, ao adotar texto declaratório curto, de fácil leitura e manuseio; e na forma de abordagem dos assuntos, por tratar do tema de forma integrada. Dela emergiram vários documentos internacionais, dos quais se destacam os seguintes:

- Dois tratados jurídicos, assinados na ocasião – a Convenção sobre o Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade;
- Um documento normativo referencial – a Declaração de Princípios sobre florestas;

---

<sup>72</sup> Para fins desta monografia será utilizado o termo Rio-92 quando se referir a Conferência das Nações Unidas.

<sup>73</sup> ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; FUNAG, 1999, p. 64.

<sup>74</sup> ALVES, José Augusto Lindgren. *Op. Cit.* p. 66.

- Um plano de ação analítico e pormenorizado, com quase 500 páginas, do qual ressaltam inúmeras implicações sociais – a Agenda 21;
- Uma declaração política de compromisso e conceitos – a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – adotada em nível de chefes de Estado e de Governo na maior reunião de líderes governamentais (mais de 100) até então havida na História: a Cúpula da Terra.

A Rio-92, portanto, significou, mais do que sua antecedente em Estocolmo<sup>75</sup> ou qualquer outro encontro internacional, o fortalecimento da idéia de um meio ambiente sadio com um direito humano universal, reafirmada no supracitado princípio I da Declaração do Rio de Janeiro com a formulação de que os seres humanos “tem direito a uma vida saudável, em harmonia com a natureza”.<sup>76</sup>

Paralela à realização da conferência oficial aconteceu, no Rio de Janeiro, o Fórum Global no Aterro do Flamengo. Ele representou um momento de síntese da ação política das ONGs no debate sobre desenvolvimento, e, no plano internacional, anos de esforços em atividades locais e internacionais.<sup>77</sup>

A Rio-92 abriu o espaço para a participação das ONGs nos debates de temas globais organizados pela ONU e marca também o início da manifestação pública das propostas das ONGs na política internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente ofereceu uma oportunidade inestimável para as ONGs brasileiras.

Não foram só os meios e comunicação de massa e a opinião pública que “descobriram” a multiplicidade e diversidade das ONGs presentes no Fórum Global da Rio-92. As próprias ONGs foram expostas as suas diferentes vertentes e tendências na série de

---

<sup>75</sup> Se refere a Conferência de Estocolmo de 1972, realizada em uma época dominada por preocupações estratégico-militares, em que o estatismo e os governos autoritários predominavam em todos os continentes. As preocupações da Conferência eram a degradação ambiental e seus reflexos sobre as gerações futuras.

<sup>76</sup> ALVES, José Augusto Lindgren. *Op. Cit.*, p. 71

<sup>77</sup> ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **A Conferência de Viena (Junho-93)**, o papel das ONGs e a Globalização dos Direitos humanos: Brasília; UNB, 1995, p. 42.

reuniões preparatórias à conferência convocadas pelo recém-criado Fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais.

Em suma, mais do que um encontro de ONGs brasileiras e internacionais, os eventos marcantes do Fórum Global no Aterro do Flamengo, representaram uma celebração da diversidade e da riqueza da sociedade civil. Na Rio-92, pela primeira vez, as ONGs brasileiras de fato expõem “sua cara” ao conjunto da sociedade.<sup>78</sup>

#### 4.3.2 A Conferência de Viena sobre Direitos Humanos

A Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, de 14 a 25 de junho de 1993, representou o reconhecimento pela comunidade Internacional da defesa e promoção dos direitos humanos como tema global e como componente essencial da governabilidade da ordem mundial e da legitimidade dos Estados.<sup>79</sup>

Pela mobilização internacional que promoveu, pela variedade dos tópicos que cobriu e pelo número de participantes que congregou, sabia-se já, em 1993, que a II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos era um evento importante.

Na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, alguns aspectos tiveram relevância no que se refere ao impacto de suas resoluções, a saber: as organizações de direito privado voltadas para os direitos humanos se fortaleceram em quase todos os países como parceiras importantes; as parcerias entre governos e sociedade civil tornaram-se a tônica de todos os programas aprovados nas conferências seguintes sobre temas globais; as organizações humanitárias atuantes em defesa das vítimas de conflitos armados, antes consideradas “ingerentes” e objeto de restrições generalizadas, terminaram a década de 90 como ganhadoras do Prêmio Nobel da Paz, emblematicamente concedido à *Médécins Sans Frontières* em 1999; e o reconhecimento formal do papel das ONGs que constituiu um marco sem precedentes e facilitou sua participação mais direta nas demais conferências da década<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Op. cit.* pp. 67-68.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>80</sup> ALVES, José Augusto Lindgren. *Op. Cit.* p. 103.

Para Miguel Darcy de Oliveira, a Declaração de Viena, em seu artigo 38, vai mais longe do que qualquer instância das Nações Unidas no reconhecimento do papel positivo das ONGs na defesa dos Direitos Humanos.<sup>81</sup>

Havendo contado no Rio de Janeiro, em 1992, com o Fórum Global, paralelo às negociações intergovernamentais da Rio-92, as entidades da sociedade civil avançaram um pouco mais em 1993, tendo seu foro próprio em Viena no mesmo edifício da conferência governamental e conseguindo entreabrir as portas das sessões deliberativas à sua observação.

O Fórum Mundial de Organizações não Governamentais congregou, no Áustria Centre de Viena (VIC), de 10 a 12 de junho, cerca de duas mil ONGs, sob o lema “todos os Direitos Humanos para todos”. O Fórum das ONGs foi multiforme e fervilhante, a exemplo do Fórum Global do Rio de Janeiro.

Os impactos da Conferência de Viena, no Brasil, se refletiram imediatamente após a conferência, entre julho e dezembro de 1993, em uma série de reuniões organizadas, pelo ministro da justiça, Maurício Corrêa, entre Governo e sociedade para a definição de uma agenda nacional de direitos humanos. Porém, esta iniciativa foi frustrada no início de 1994 com a saída do Ministro.

O impacto na opinião brasileira e internacional de fatos chocantes como o assassinato a sangue frio de meninos de rua na Candelária e a Chacina de Vigário Geral, ambos cometidos por policiais no Rio de Janeiro leva a um recrudescimento das críticas externas à incapacidade dos órgãos do Estado de punir os responsáveis por tais crimes.

Em suma, a Conferência de Viena foi inquestionavelmente importante, não somente no plano internacional como no nacional, para a afirmação dos direitos humanos no discurso contemporâneo.

O paralelismo entre os dois eventos é notável, assim como a simetria dos assuntos. Ambas foram idealizadas no mesmo período, com intervalo de um ano nas resoluções convocatórias e nas datas previstas de realização. Estes movimentos puderam adquirir

---

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Op. Cit.*, p. 99.

identidade e se expressar no plano internacional graças ao processo de globalização econômica, política e cultural das últimas três décadas.

Neste período, as ONGs passaram a receber maior atenção por parte dos organismos internacionais. Antes de se consolidar este debate no plano internacional, as ONGs, salvo algumas exceções na área de direitos humanos como a Anistia Internacional, Cruz Vermelha e entidades formadas por *experts* e que eram consultadas pela ONU sobre alguns temas, tinham ação básica no plano doméstico e comunitário. O fortalecimento da consciência de que os problemas globais não podem ser enfrentados por cada Estado, isoladamente, e que, além disso, exigem, em todo o planeta, a mobilização das pessoas e de múltiplas instituições, abriu espaço político para as ONGs.



## 5. AÇÕES DAS ONGs E SEU PAPEL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO QUE CONCERNE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

### 5.1 Inserção da Cooperação Técnica Internacional (CTI) no Sistema Internacional

Para melhor análise do tema abordado neste estudo, faz-se necessário o entendimento dos seguintes conceitos: Cooperação Internacional e Cooperação Técnica Internacional.

Pode-se dizer que cooperação internacional é um aspecto da política externa e interna de um país que é influenciada pelo que ocorre com os parceiros que estão “do outro”, através dos acontecimentos internos, conjuntura econômica e pressões políticas, ou ainda, situações específicas dos organismos internacionais e pelos processos mais globais na política mundial.<sup>82</sup> A cooperação internacional, segundo KEOHANE,<sup>83</sup> ocorre quando os atores envolvidos ajustam suas ações às de outro, por meio de um processo de coordenação política.

A Cooperação Técnica Internacional é um dos instrumentos mais importantes a serviço do processo de desenvolvimento econômico e social. Ademais, é o principal canal por onde transitam as relações internacionais e a política exterior dos países em desenvolvimento.<sup>84</sup>

A noção de Cooperação Técnica Internacional (CTI) envolveu três elementos originais: a) transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; b) desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; c) execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.

---

<sup>82</sup> INOUE, Cristina Yumie Aoki. *Op. Cit.* p, 13.

<sup>83</sup> KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** New Jersey: Princeton University Press, 1984.

<sup>84</sup> MACHADO, Fernando Vieira. **Análise da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no Brasil, pela Teoria das Relações Internacionais.** Revista Universitas/Relações Internacionais. Vol. I – n. 2 - Janeiro a Julho de 2003 – Série Nacional. p. 141.

De acordo com Cervo,<sup>85</sup> a Cooperação Técnica Internacional (CTI), foi formalmente instituída, de acordo com esse conceito original, pela Resolução n. 200 de 1948 da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nessa ocasião, a ONU lançava seu programa multilateral, que foi entretanto balanceado pelo Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral dos Estados Unidos para os países subdesenvolvidos, de 1949.

Na cooperação técnica internacional, os Estados estão diretamente envolvidos, mas não somente eles, instituições, organizações e a sociedade civil, participam, ativamente, numa relação de colaboração, respeito, amizade e aprendizagem em busca de soluções para situações que envolvem o desenvolvimento.

Segundo a definição da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC),<sup>86</sup> do Ministério da Relações Exteriores, a Cooperação Técnica Internacional (CTI) é caracterizada como:

“...uma intervenção planejada e com prazo definido no processo de desenvolvimento de uma instituição, grupo de instituições ou segmentos específicos da sociedade, com objetivos e resultados pré-estabelecidos a serem alcançados”.

A cooperação técnica internacional pode dar-se por meio de missões técnicas, do intercâmbio de pessoal e de informações ou por meio de um projeto de pesquisa conjunta. Essa cooperação pode ocorrer entre instituições dos dois países (cooperação bilateral) ou entre uma instituição nacional e um organismo internacional (cooperação multilateral).

A cooperação técnica internacional possui várias concepções, tanto relacionada a sua característica original de “ajuda” ou “assistência” até a de canal de transferência de conhecimento e tecnologias, ou de capacitação para o desenvolvimento.

A primeira distinção em relação às modalidades da cooperação técnica internacional que divide o conceito em cooperação interinstitucional, que ocorre entre instituições públicas e privadas de países diferentes, através de convênios entre as partes envolvidas; não há participação governamental, pois ocorrem entre universidades, centros de pesquisa, empresas ou entre ONGs; e a cooperação oficial, que ocorre entre o governo brasileiro e governos de

---

<sup>85</sup> CERVO, Amado Luiz. **Socializando o Desenvolvimento**; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional. N. 37. Brasília: UNB, 1994, p. 37.

<sup>86</sup> Agencia Brasileira de Cooperação. **Diretrizes Gerais para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral**. Disponível em: <<http://www.abc.mre.gov.br>> Acesso em: 07 nov 2003.

outros países (cooperação bilateral); ou entre o governo brasileiro e organismos internacionais (cooperação multilateral), gerando, normalmente, Acordos, Convênios, Memorandos de Entendimento ou Planos de Trabalho.

Somente no início do século XXI é que a cooperação oficial iniciou entendimento com o intuito de operacionalizar ações de Cooperação Técnica de Países em Desenvolvimento (CTPD) através de organizações de reconhecida credibilidade, cujas boas práticas, no Brasil, as credenciavam a trabalhar no exterior. O Governo brasileiro, então, passou a apoiar a inserção internacional das ONGs. Pastoral da Criança, Alfabetização Solidária e Missão Criança. Com ações na área de saúde e “empoderamento da mulher” e na educação. No âmbito interno, desde a década de 1990, que a cooperação recebida tem trabalhado com ONGs, no Brasil, sobretudo na área ambiental, na área de saúde e na área de direitos humanos onde se destaca a Cáritas.

## **5.2 As ONGs e a cooperação internacional**

Uma tendência marcante, no contexto internacional da cooperação para o desenvolvimento, é a participação crescente de Organizações não Governamentais (ONGs), em várias áreas (desenvolvimento local, conservação de florestas tropicais, agricultura sustentável, etc.). A ênfase dada ao envolvimento da população local na solução de problemas constitui um elemento novo na cooperação, que anteriormente via o crescimento da produção como principal caminho para superação do subdesenvolvimento.

A influência das ONGs nota-se, sobretudo, no campo das políticas de meio ambiente e nos debates sobre a concepção de desenvolvimento no mundo. Têm atuado junto aos organismos multilaterais, tanto em forma de *lobbies* contra projetos considerados prejudiciais ao meio ambiente e às populações locais, como na forma de implementadores de projetos desses organismos.<sup>87</sup> Um exemplo é o envolvimento dessas organizações em projetos financiados pelo Banco Mundial. Em 1990, tiveram participação ou alguma forma de

---

<sup>87</sup> INOUE, Cristina Yumie Aoki. **A cooperação Internacional na Política Brasileira de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1995, p, 13, p. 30.

relacionamento em 50 projetos do Banco, em vários países, o que correspondeu a um quarto dos projetos aprovados naquele ano.<sup>88</sup>

Cabe observar que tais organizações têm trabalhado, principalmente, como implementadores dos projetos, mas começam a desempenhar também função de consultores, tanto durante o período de formulação de projeto quanto na sua avaliação

No final dos anos 80 e início dos anos 90, verificou-se uma progressiva mudança no sentido de um crescente diálogo entre as ONGs e as organizações governamentais, como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT) do Ministério das Relações Exteriores no tocante à cooperação internacional em relação a cooperação técnica, e, ainda muito incipiente, à própria política externa brasileira. As ONGs tomavam consciência da necessidade de se dar à cooperação internacional, um tratamento análogo à atenção dada às políticas públicas.

Além da abertura de canais de diálogo formais ou informais, começaram a se verificar sinais de que o governo passava a tratar a política externa brasileira com um novo sentido de publicidade, e de reconhecimento da legitimidade e da importância da participação da sociedade civil brasileira e, como parte desta, das ONGs.

Este reconhecimento nota-se, sobretudo, no documento “A Política Externa Brasileira” no Governo Fernando Henrique Cardoso, preparado pelo Ministro Luíz Felipe Lampréia para sua inclusão nos processos preparatórios da participação brasileira em diversas conferências do ciclo de conferências promovido pela Organização das Nações Unidas.

É claro que a participação da sociedade civil e até mesmo do Congresso Nacional, frente à política governamental de cooperação internacional e à própria política externa brasileira, ainda deixa muito a desejar. O que compromete não apenas as legítimas exigências de controle da sociedade sobre essas políticas, como também a possibilidade de que elas sejam entendidas, numa perspectiva mais ampla do que de uma cooperação internacional pensada exclusivamente, em termos de relações entre Estados. Hoje, sabe-se da importância

---

<sup>88</sup> A título de comparação, no período entre 1973 e 1988, as ONGs foram envolvidas em cerca de 13 projetos anualmente *In* INOUE, *Op. Cit.* p. 30.

dos diversos atores, ONGs, universidades, estados, municípios, dentre outros no sucesso quanto à implementação dos acordos de cooperação entre Estados.

A política brasileira de cooperação internacional está intimamente vinculada à política externa brasileira, que vêm se adaptando conforme as transformações políticas internas e a dinâmica global.

### **5.3 Política Externa Brasileira e ONGs**

A consolidação da democracia criou condições ideais para uma interação positiva no plano interno, entre governo e sociedade. A política externa de um país democrático tem mais capacidade de estabelecer um relacionamento com ONGs internacionais.

De acordo com Miguel Darcy de Oliveira,<sup>89</sup> as organizações de cidadãos são um fenômeno contemporâneo. Externamente, são causa e consequência dos fenômenos de mundialização dos problemas e universalização de valores de globalização econômica. Internamente, são causa e consequência do apelo por direitos e explosão de demandas, locais e nacionais.

Tanto no Brasil como no mundo, não é possível fazer diplomacia ignorando ou defrontando-se com a opinião pública. O Governo não pode fechar os olhos diante das preocupações e interesses das organizações da sociedade civil.

Como dito anteriormente, as Organizações Não-Governamentais, internacionais têm desempenhado papel importante para os Estados e organismos multilaterais nos chamados temas globais, como meio ambiente e direitos humanos. Internamente, elas têm atuado no campo do desenvolvimento social atraindo recursos e acumulando conhecimentos e experiências, tornando-se interlocutoras e parceiras do Estado. Todavia, não acarreta em renúncia de competência ou confusão de papéis. Em outras palavras, essa interação pressupõe o encontro de atores diferentes com pontos de vista diferentes, mas que não se subordinam um ao outro, nem confundem papéis, apesar dos objetivos semelhantes.

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Op. Cit.* p. 128.

Nas palavras de Miguel Darcy de Oliveira, “essa interlocução não é tarefa fácil”, ela requer uma elaboração de parâmetros e procedimentos de ação que respeitem a diferença e especificidade de cada ator e valorize a responsabilidade e contribuição que cada um tem a oferecer<sup>90</sup>.

O Brasil reconhece a persistência de profundas desigualdades sociais e a ocorrência de fatos que caracterizam violações dos direitos humanos. Governo e sociedade estão hoje empenhados em reduzir estas desigualdades, coibir violações de direitos humanos e promover uma cultura da cidadania e do respeito à dignidade da pessoa humana.

Assim, cabe ao Governo mostrar o papel e responsabilidade dos diferentes atores envolvidos e enfatizar os esforços para resolução destes problemas. A busca por este diálogo não só rompe com as posturas defensivas e reativas do passado, como também abre as portas para uma interação com ONGs para além de denúncias de direitos humanos.

Além disso, cabe também a representação diplomática convocar essas organizações e utilizar de suas competências e recursos a serviço das iniciativas consensuais externas para combate à pobreza e promoção de direitos. E para que haja uma postura externa de abertura e colaboração com as ONGs é necessário que o mesmo ocorra no plano interno. Em outras palavras, quanto mais o Estado e sociedade interagirem em busca da resolução de problemas sociais, mais fortalecidos estarão para uma postura internacional do país e mais viável serão os investimentos externos a serviço das demandas sociais.

Dessa forma, é a existência de um relacionamento substantivo e operacional entre ONGs e Governo, no plano interno, que cria condições para um bom relacionamento no plano externo<sup>91</sup>. Isso explica a importância que vem ganhando a dimensão de uma ampliação da atenção prestada pelo Itamaraty a este tipo de ator que são as ONGs brasileiras. Neste sentido, o número de entidades envolvidas, diversidade de temas e áreas de interesse, fluidez das prioridades e ineditismo deste tipo de relacionamento em matéria de política externa, torna a interlocução interna ainda mais complexa do que a que já vem ocorrendo, há alguns anos, no plano externo<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Op. Cit.* 129.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Op. Cit.*, p. 133

Como exemplo, se pode citar o Programa Nacional de Direitos Humanos, coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e as Estratégias da Igualdade, coordenadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher são exemplo de dinâmica interna voltada para o cumprimento dos compromissos assumidos no plano externo. Estes programas foram realizados por iniciativas do governo e em espaços institucionais criados pela administração federal, mas com ampla participação de órgãos públicos e privados. O objetivo dos dois programas é atender a necessidades da sociedade, e sua implementação é responsabilidade de todos.

Estes programas têm conquistado legitimidade, o que facilita a tarefa da diplomacia em selecionar seus interlocutores no mundo das ONGs. Ressalte-se que tem aumentado a participação de organizações da sociedade civil, com sua experiência e competência, para viabilização de planos de ação na área de direitos humanos como no desenvolvimento social. Cabe à democracia que iniciou a abertura de canais de diálogo com a sociedade nas conferências globais, mobilizar instrumentos de ação no plano da cooperação internacional para fortalecer estas dinâmicas internas que exprimem as necessidades do Governo e da sociedade.

As temáticas ligadas aos novos temas globais fazem com que a diplomacia busque fora do Ministério das Relações Exteriores conhecimentos e competências específicas sobre estas questões, que estão hoje nas organizações da sociedade civil mais do que em agências governamentais. Um exemplo de parceria foi o pedido do Itamaraty junto ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo para subsidiar o processo de produção do relatório brasileiro ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O critério de escolha foi sua competência na abordagem do tema e capacidade operacional para produzir o trabalho.

Pode-se ver que as ONGs se legitimam pelo que fazem e é nesse contexto de estabelecimento de pontes entre as competências presentes na sociedade que se justificam parcerias entre o Itamaraty e organizações da sociedade civil capazes de subsidiar ações no plano externo<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Op. Cit.* 136.

Essa contribuição das ONGs no plano externo deve se dar por meio de processos de consulta que informem e subsidiem a formulação pelo Itamaraty das posições a serem sustentadas pela diplomacia no plano internacional

Desde a Conferência de Viena sobre Direitos humanos, o Itamaraty estabeleceu o princípio de consultar organizações da sociedade civil no processo de preparação da posição brasileira a ser defendida nas Conferências sobre temas globais bem como de abrir espaço para a participação de representantes da sociedade. Porém, a imprecisão a cerca do efetivo mandato e da definição das organizações da sociedade civil contribuíram para gerar ambigüidades sobre o sentido e o alcance desta participação da sociedade na elaboração de princípios nas ações externas.

Todavia, é bom reforçar que a interação ONGs-diplomacia não dispensa clareza de ambas as partes. Ou seja, este enriquecimento de formulação política não sugere uma co-gestão das ONGs nas tomadas de decisão. A condução da política externa é do Ministério das Relações Exteriores. Por outro lado, as parcerias operacionais se estruturam para cumprir uma tarefa específica e cessam de existir na medida mesmo em que cumpriram a função para qual foram criados.

Nesse sentido, Miguel Darcy de Oliveira propõe três critérios para escolha dos interlocutores para representar a sociedade:

- valorizar a presença e participação destas novas instâncias, situadas na esfera Governo/Sociedade, cujo objetivo seria a promoção de formas flexíveis de interlocução entre ONGs e agências governamentais;
- envolver as principais redes que cada segmento da sociedade civil vem estruturando, de acordo com seus interesses e demandas junto ao conjunto da sociedade e ao Estado; e por fim;
- abrir espaços para que as ONGs, com reconhecida legitimidade e competência em suas respectivas áreas de trabalho possam também trazer sua contribuição ao processo de discussão.



Em suma, a expansão da interação e parceria entre ONGs e diplomacia requer um equilíbrio de objetivos com procedimentos flexíveis e pragmáticos. Sendo assim, qualificam-se como interlocutores as ONGs que tenham realmente o que oferecer em termos de competência e serviços.

Não justificaria, portanto, formalizar a representação da sociedade civil, pois acarretaria uma difusão dos critérios que definem sua composição, além de bloquear mais do que facilitar suas parcerias.

Segundo Miguel Darcy de Oliveira<sup>94</sup>, “não é preciso trazer as ONGs para dentro do Itamaraty para se trabalhar com elas, e sim, ir ao encontro das mesmas”.

Outra questão abordada pelo autor é com relação ao aproveitamento pelo Itamaraty das competências das ONGs no que concerne a Cooperação Internacional prestada pelo Brasil a outros países.

Uma vez que as ONGs possuem uma experiência acumulada com setores vulneráveis da sociedade é interessante que o Itamaraty explore este potencial ainda pouco utilizado criando uma ponte entre os países latinos americanos.

A política externa brasileira busca maior interação da diplomacia e das Organizações da Sociedade Civil que a priori fortaleça e consolide a democracia para a defesa dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento com igualdade para todos. Portanto, aumenta a sinergia dentro de cada área de competência, em busca de resultados que realmente representem os interesses do povo brasileiro, é uma obrigatoriedade dos diferentes atores que atuam no sistema de negociação internacional. É neste cenário que as ONGs devem procurar agir com isenção e representando os interesses para a finalidade para a qual foram criadas.

#### **5.4 Dos recursos que financiam as ONGs**

O neoliberalismo, politicamente, tem enfraquecido a capacidade de os governos promoverem políticas que assegurem a cidadania, ao passo que coloca como tarefa prioritária destes - em particular no caso dos países dependentes - assegurar a estabilidade de moedas

---

<sup>94</sup> OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Op. Cit.*, p.139.

nacionais, o que significa adotar, conforme este projeto, políticas de juros e câmbio que acabam por remunerar o capital financeiro com os recursos que poderiam, pelo contrário, ser investidos em saúde, educação, etc.<sup>95</sup>

A consciência do tamanho e da complexidade dos problemas da nossa sociedade, com a percepção da energia que precisa ser mobilizada para lidar com eles e com um entendimento do papel social que as empresas e as organizações da sociedade civil podem e devem desempenhar faz com que se possa acreditar na possibilidade de mudança que gera a energia necessária para colocar em marcha uma ação transformadora.

A opção pela melhoria da qualidade de vida das comunidades excluídas se dá pela certeza de que investir nas mesmas é a melhor oportunidade para se formar cidadãos plenos, aptos a criticar, atuar e, assim, transformar a sociedade. Por outro lado isso, cria uma rede onde as pessoas têm a possibilidade de expandir sua consciência e se comprometer com a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com Ricardo Neiva Tavares, a proliferação das ONGs no Brasil derivou basicamente de dois fatores. O primeiro deles foi a ampliação dos espaços internos de participação da sociedade civil no sistema político, com o processo de transição para a democracia. O segundo fator foi a grande disponibilidade de recursos externos para as atividades de organizações do gênero.<sup>96</sup>

Como ressalta Leilah Landim, “se as ONGs surgem como fenômenos de épocas de autoritarismo político, parecem não só adaptar-se, como florescer, numa conjuntura de reorganização da sociedade civil”.<sup>97</sup>

Convém lembrar que a viabilização financeira das ONGs, criadas no Brasil, durante o período militar, dependeu fundamentalmente de rede de contatos com o exterior, em especial com entidades de inspiração religiosa. É importante destacar que até hoje, as ONGs brasileiras dependem basicamente de recursos externos para sobreviver. Os países europeus

---

<sup>95</sup> MANCE, Euclides André. **Globalização, Dependência e Exclusão Social** - o caso brasileiro. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm>> Acesso em: 19nov. 2003.

<sup>96</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 168.

<sup>97</sup> LANDIM, Leilah. *apud* TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 168

continuam a ocupar lugar de relevo, sobretudo Alemanha, Países Baixos, Suécia, Reino Unido e Bélgica – ainda que os Estados Unidos e o Canadá tenham aumentado suas contribuições.

Para Ricardo Neiva Tavares, o processo de aproximação com o Governo tem ampliado as possibilidades de financiamento por parte de organismos multilaterais.<sup>98</sup> Tal financiamento, que era extremamente modesto até o início da década de 90, começou a aumentar nos últimos anos, sobretudo por intermédio de atividades do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No caso do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por exemplo, enquanto US\$ 6,2 milhões foram repassados como cooperação técnica para as ONGs no Brasil entre 1990 e 1995, apenas em 1996 tais organizações receberam daquele órgão US\$ 6 milhões, divididos em grande número de projetos, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação. No caso do BID, também no plano da cooperação técnica, os recursos passaram de US\$ 220 mil em 1993 para US\$ 3 milhões em 1994, tendo sido superiores a US\$ 2 milhões em 1995 e 1996. Para a área ambiental, os recursos comprometidos em 1993 pelo BID, com vistas a iniciativas de ONGs no âmbito do Fundo Nacional do Meio Ambiente, somaram cerca de US\$ 1,5 milhão, passando para US\$ 1,8 milhão em 1994, US\$ 3,2 milhões em 1995 e US\$ 4,7 milhões em 1996. Com relação ao Banco Mundial, os recursos comprometidos em 1996 e 1997, para atividades ao abrigo do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, somaram US\$ 13,5 milhões.

Reafirmando sua vocação social, mais da metade dos empréstimos ao Brasil está comprometida com a agenda social. O BID, participa em operações de desenvolvimento urbano e saneamento, educação, saúde e desenvolvimento social. É importante frisar que aproximadamente, US\$5 bilhões são destinados a projetos que têm como objetivo principal a redução da pobreza por meio da melhoria das condições de vida de populações carentes.<sup>99</sup>

Outra participação, importante, é o apoio oferecido pelo presidente do BID Enrique V. Iglesias ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à agenda social definida

---

<sup>98</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 170.

<sup>99</sup> **Projeto do BID apoiará com US\$2 bilhões implantação do programa bolsa família.** Disponível em: <[http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR\\_Num=220\\_03&Language=Portuguese](http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR_Num=220_03&Language=Portuguese)> Acesso em: 22 nov 2003.

pelo Governo brasileiro de combate à pobreza e à desigualdade. Nesse sentido, o Banco tem procurado participar de forma mais efetiva e disponibilizará até US\$2 bilhões, em duas etapas, em apoio ao programa Bolsa Família. Além disso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá apoiar, além do financiamento parcial das transferências de renda às famílias, a montagem de um sistema de monitoramento e avaliação do processo que garantirá a atualização constante do cadastro único e sua articulação com os gestores do programa no plano municipal.

Vale ressaltar que esse processo de aproximação entre o Governo e as ONGs brasileiras encontrou impulso adicional nas Conferências promovidas pelas Nações Unidas, sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (UNCED) – que despertou, de resto, o interesse daquelas organizações para o sistema consultivo do ECOSOC, pelo viés da Comissão de Desenvolvimento Sustentável.<sup>100</sup>

Porém, muitas ONGs queixam-se de não disporem de um “espaço permanente de diálogo estratégico” com o Ministério das Relações Exteriores. Comenta-se que a política externa constitui atividade “fechada e impermeável” à incidência da sociedade civil, completamente inadequada aos desafios da construção de uma ordem internacional democrática.

Segundo Ricardo Neiva Tavares no campo financeiro, tais críticas alimentam-se do fato de ser desconhecido o volume total de recursos que o conjunto de entidades sem fins lucrativos recebe do Estado.<sup>101</sup> De acordo com Márcio Lopes Corrêa,<sup>102</sup> Gerente de Programas Multilaterais da Agência Brasileira de Cooperação, tampouco são do conhecimento público o perfil das beneficiárias e o impacto da renúncia de arrecadação decorrente da imunidade tributária, bem como da isenção de impostos e da contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

O reconhecimento de deficiências no relacionamento entre as ONGs e o Estado, no Brasil, vem estimulando reflexão interna liderada pelo Programa Comunidade Solidária, sobre a necessidade de atualizar a legislação aplicada à matéria e possivelmente estabelecer novas práticas para a sustentação daquela atividade.

---

<sup>100</sup> TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 171.

<sup>101</sup> *Idem Ibidem.*

<sup>102</sup> CORRÊA, Marcio Lopes. *Apud* TAVARES, Ricardo Neiva. *Op. Cit.* p. 174.

Por esse motivo, estimular através de seus resultados positivos e concretos, o diálogo compartilhado entre as comunidades, as organizações da sociedade civil e os diversos níveis de governo, na discussão de políticas públicas que proponham uma melhor qualidade de vida é fundamental.

Convém lembrar que são as instituições que financiam o terceiro setor, fazendo doações às entidades beneficentes. No Brasil, tem-se também as fundações mistas que doam para terceiros e ao mesmo tempo executam projetos próprios.

Vale ressaltar que se tem poucas fundações no Brasil. Segundo Kanitz, depois de 5 anos, de atuação, o GIFE - Grupo de Instituições, Fundações e Empresas conseguiu reunir 66 fundações como parceiras. No entanto, muitas fundações no Brasil têm pouca atuação na área social.<sup>103</sup> Por outro lado, a maioria de nossas fundações não têm fundos. Vivem de doações anuais das empresas que as constituíram. Em épocas de recessão, estas doações minguam, justamente, quando os problemas sociais aumentam. No Brasil, um dos poucos fundos existente com resultados comprovados, é a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).<sup>104</sup>

No Brasil, o terceiro setor possui 12 milhões de pessoas, entre gestores, voluntários, doadores e beneficiados de entidades beneficentes, além dos 45 milhões de jovens que vêm como sua missão ajudar o terceiro setor. Uma pesquisa feita pela Kanitz & Associados revelou alguns números das 400 maiores entidades do Brasil no ano de 2000. Segundo esta pesquisa, o dispêndio social das 400 maiores entidades foi de R\$ 1.971.000,00.(Um Bilhão, novecentos e setenta e um milhões de reais). Ao todo, elas possuem 86.894 (Oitenta e seis mil oitocentos e noventa e quatro), funcionários e 400.933 (quatrocentos mil, novecentos e trinta e três ), voluntários.

As instituições beneficentes são as operadoras de fato, cuidam dos carentes, idosos, meninos de rua, drogados e alcoólatras, órfãos e mães solteiras; protegem testemunhas; ajudam a preservar o meio ambiente; educam jovens, velhos e adultos; profissionalizam;

---

<sup>103</sup> KANITZ, Stephem. O que é Terceiro Setor? Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>> Acesso em: 19 nov 2003.

<sup>104</sup> KANITZ, Stephem. *Op. Cit.*

doam sangue, merenda, livros, sopão; atendem suicidas às quatro horas da manhã; dão suporte aos desamparados; cuidam de filhos de mães que trabalham; ensinam esportes; combatem a violência; promovem os direitos humanos e a cidadania; reabilitam vítimas de poliomelite; cuidam de cegos, surdos-mudos; enfim, fazem tudo.

É importante frisar que nem toda entidade beneficente ajuda prestando serviços a pessoas diretamente. Uma ONG que defenda os direitos da mulher, fazendo pressão sobre nossos deputados, está ajudando indiretamente todas as mulheres.

Nos Estados Unidos, esta categoria é chamada também de *Advocacy Groups*, isto é, organizações que lutam por uma causa. Lá, como aqui, elas são muito poderosas politicamente.

Com relação à responsabilidade social, no fundo, é sempre do indivíduo, nunca de uma empresa jurídica, nem de um Estado impessoal. Caso contrário, as pessoas repassariam as suas responsabilidades às empresas e ao governo, ao invés de assumirem para si. Mesmo conscientes disso, vivem reclamando que os "outros" não resolvem os problemas sociais do Brasil. Porém, algumas empresas vão além da sua verdadeira responsabilidade principal, que é fazer produtos seguros, acessíveis, produzidos sem danos ambientais, e de estimular seus funcionários a serem mais responsáveis.

Uma pesquisa feita pela Kanitz & Associados revela que das 500 maiores empresas brasileiras, somente 100 são consideradas parceiras do terceiro setor. Das 250 empresas multinacionais que têm negócios no Brasil, somente 20 são admiradas. A maioria das empresas consideradas parceiras está na escala pequenas e médias e são relativamente desconhecidas pelo grande público.<sup>105</sup>

Ao contrário de Ted Turner, Bill Gates e dos 54 bilionários que o Brasil possui, somente 2 são considerados bons parceiros do terceiro setor (Jorge Paulo Lehman e a família Ermírio de Moraes). A maioria dos doadores pessoas físicas são da classe média. Esta

---

<sup>105</sup> KANITZ, Stephen. *Op. Cit.*

tendência continua na classe mais pobre. Quanto mais pobre maior a porcentagem da renda doada como solidariedade.

Segundo Sthepem Kanitz, no mundo inteiro, as empresas contribuem somente com 10% da verba filantrópica global, enquanto as pessoas físicas, notadamente da classe média, doam os 90% restantes. No Brasil, a nossa classe média doa, em média, 23 reais por ano, menos que 28% do total das doações. As fundações doam 40%, o governo repassa 26% e o resto vem de bingos beneficentes, leilões e eventos.<sup>106</sup>

Percebe-se que o acesso à mídia tem sido dificultado, devido à falta de uma cultura da solidariedade em nossa sociedade. Até 1995, a pouca cobertura que a Imprensa fazia sobre o terceiro setor era, normalmente, negativa. Com a descoberta de que a maioria das entidades é séria e, portanto, faz bons trabalhos, este setor ganhou respeitabilidade. Nesse sentido aumentou consideravelmente o volume de notícias sobre o terceiro setor. Portanto, a missão agora é transformar este novo interesse em cobertura constante.

Na opinião de Kanitz,<sup>107</sup> nossas universidades pouco fizeram para o social, apesar de serem públicas. Não existe uma consciência solidária em nossos profissionais, é raro encontrar um professor universitário assessorando uma ONG com seus conhecimentos. São poucas as iniciativas. Nos últimos anos, os alunos criaram Empresas Juniores Sociais, nas quais os alunos das escolas de Administração ajudam entidades. Algumas das mais atuantes são a FEA-Júnior da Universidade de São Paulo (USP) , a Júnior Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) , e os ex-alunos do MBA da Universidade de São Paulo (USP).

---

<sup>106</sup> KANITZ, Sthepem. *Op. Cit*

<sup>107</sup> KANITZ, Sthepem. *Op. Cit.*

## 6. CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se descrever as mudanças ocorridas na trajetória das organizações não governamentais no Brasil nas últimas décadas, passando de instituições que estavam em constante atritos com o Estado Autoritário, para instituições que passam a reivindicar para si a identidade de atores sociais emergentes e ocupando funções antes desempenhadas pelo Estado. Trata-se, logicamente, de um campo heterogêneo, com posicionamentos divergentes, ora críticos ou não e que nos últimos anos incorporou instituições até então posicionadas no campo da filantropia tradicional e, mais recentemente, aquelas atuantes em uma nova filantropia empresarial construída, na maioria das vezes, com recursos que não são repassados ao Estado. Os Estados começam a prestar contas a outros atores e a opinião pública, cuja nacionalidade se somam e se misturam.

Nesse contexto, fica cada vez mais claro que, tanto o Mercado quanto o Estado não estão apresentando condições de responder à demanda de milhões de pessoas em todo o mundo fornecendo bem estar social e qualidade de vida. E, tão pouco, conter os prejuízos que a globalização tem causado a estas pessoas.

Frente a essa situação, as ONGs surgem não como substitutas do Estado mas como entidades que podem dar contribuições, apresentar propostas e influenciar positivamente as políticas governamentais.

O Terceiro Setor claramente chegou como um ator principal no cenário mundial, mas agora deve encontrar formas de fortalecer sua capacidade institucional e contribuir mais significativamente para a solução de problemas maiores – sem perder sua base popular e capacidade de mudança.

O fator determinante para o crescimento do Terceiro Setor será o relacionamento que essas organizações desenvolverão com o Governo., na busca de suportes legal e financeiro, preservando grau significativo de independência e autonomia.

Embora, a construção de tal projeto dependa, fundamentalmente, do diálogo entre os diferentes segmentos que formam a sociedade brasileira, e do compromisso com um projeto



social que beneficie a maioria da população, tal diálogo somente será possível diante de uma sociedade civil organizada e consciente dos seus direitos.

O Brasil de hoje não se caracteriza mais pela arbitrariedade de um regime autoritário, mas pelas dificuldades de um país democrático em assegurar o atendimento das necessidades de um grande segmento da população.

Dessa forma, Estado e sociedade não necessariamente devem ser forças antagônicas. Os conselhos paritários de Gestão previstos na Constituição foram uma importante vitória nessa trajetória. É fundamental que os Governos reconheçam o papel das ONGs como gestores de políticas públicas. Sabe-se que isto implica em aceitar dividir poder com a sociedade civil, um exercício que tem dado resultados muito positivos em diversos municípios e alguns Estados.

Comprova-se, certamente, o paradigma de relações internacionais segundo o qual os Estados não são - e talvez nunca tenham sido - atores exclusivos das relações internacionais, haja vista que a literatura mais recente chega mesmo a questionar ou a relativizar o significado do conceito de soberania. O Estado parece estar, por isso, intimado a redefinir seu papel para a satisfação da humanidade em termos globais de justiça.

A profunda desigualdade social do nosso país só pode ser combatida com investimentos substanciais nas áreas sociais. Isto implica vontade política, inversão de prioridades, destinação substantiva de recursos e critérios de distribuição pautados pelas reais necessidades da população.

Devido a recentes escândalos envolvendo entidades filantrópicas, faz-se necessário que a "profissionalização" do voluntariado que está em curso no terceiro setor seja mais efetiva. Isto significa, entre outras coisas, desenvolver a capacidade de recrutar e capacitar pessoas para atuar como voluntárias, compartilhar com estas os valores da organização, definir cuidadosos planos de trabalho e acompanhar a sua atuação para que o trabalho seja efetivamente cumprido, sem deixar espaço para o amadorismo que, muitas vezes, caracteriza o voluntariado e desperta dúvidas sobre a eficiência desse tipo de iniciativa.

Convém frisar que, no terceiro setor não há a mesma clareza existente no mercado quanto ao que representa um bom resultado e quais são os melhores indicadores de eficiência e eficácia. Por outro lado, a legislação que incide sobre o terceiro setor difere significativamente das leis dos outros setores, particularmente no que diz respeito à aplicação dos recursos e à tributação. Daí a necessidade de maior transparência, por parte dos dirigentes dessas organizações, para que a sociedade, especialmente a brasileira, possa desenvolver uma cultura de solidariedade.

Neste cenário as ONGs têm muito a contribuir para o país, não somente desenvolvendo ações que respondam a demandas da sociedade, como criando novos empregos ou mesmo melhorando a qualidade de vida da população. Finalmente, é importante que estas organizações mantenham sua independência, autonomia e isenção no desempenho de suas atividades.

## 7. REFERÊNCIAS

### *Livros*

ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **A Conferência de Viena**, o papel das ONGs e a Globalização dos Direitos humanos. Brasília: 1995.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais**: a década das Conferências. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. s/d. FUNAG.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília. Ed. UnB/IPRI. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à Obra, Brasil**. Proposta de Governo FHC. Brasília, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Socializando o Desenvolvimento**: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional. n. 37. Brasília: UNB, 1994.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: Um Estudo comparado entre Brasil e EUA. Ed. SENAC, São Paulo, 2000.

DUROSELLE, Jean-Bapriste. **Todo império perecerá**. Brasília. Ed. UnB. 2000.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Organizações Não-Governamentais**: Solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

INOUE, Cristina Y. A. & APOSTOLOVA, Maria S.. **A Cooperação Internacional na Política Brasileira de Desenvolvimento**. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Núcleo Terra a Democracia. Rio de Janeiro, 1995.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e o atual ordenamento político e econômico mundial**. Conferencia do Secretário-Geral Embaixador Luiz Felipe Lampreia/Cadernos do IPRI n.º 7, Junho/1993. Fundação Alexandre de Gusmão.

MACHADO, Fernando Vieira. **Análise da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no Brasil, pela Teoria das Relações Internacionais**. Revista Universitas/Relações Internacionais. Vol. 1 – n. 2 – Janeiro a Julho de 2003 – Série Nacional.

MARTIN, Wight. **A política do Poder**. Trad. de Carlos Sérgio Duarte. Brasília, Ed. UNB, 1985.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor** – Rio de Janeiro: Qualitymark. 1999.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Braziliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá. 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de.(Coord.). **Relações Internacionais e Globalização: grandes desafios**. 2 ed. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria. **Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios**. 2.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SALAMON, Lester. "Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor". In: "3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado" Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SALAMON, Lester. **A Emergência do Terceiro Setor** – uma revolução associativa global. Trad. Andres Pablo Falconer e Alexandre Lucas Cukier. Revista de Administração. São Paulo: jan/mar. 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações internacionais: dois séculos de história**. Brasília. IBRI. 2001.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: do Advogado, 2000.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília; Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi. **Relações Internacionais e Globalização: grandes desafios**. Porto Alegre: UNIJUIO, 1999.

WALD, Arnoldo. "A Reformulação do Estado", In : RT nº 219. Rio de Janeiro, 1996.

WIGHT, Martin. **A política do Poder**. Brasília Ed. UnB/IPRI. 2002.

### *Sites*

Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes Gerais para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral**. Disponível em:

<<http://www.abc.mre.gov.br>>. Acesso em: 07 nov. 2003.

BRANDÃO, Cristina S. **Terceiro Setor**: resposta a crise do Estado brasileiro? Disponível em:

<[http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/doutrina\\_showdoutrina.asp?tema=22&iddoutrina=729](http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/doutrina_showdoutrina.asp?tema=22&iddoutrina=729)> Acesso em: 19 nov. 2003.

Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2003.

Disponível em: <<http://www.nbb.com.br/public/>> Acesso em: 10 nov 2003.

Disponível em: <<http://www.obancomundial.org/>> Acesso em: 06 nov 2003.

Disponível em: Disponível em:

<[http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR\\_Num=220\\_03&Language=Portuguese](http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR_Num=220_03&Language=Portuguese)> Acesso em: 19 nov. 2003

FALCONER, Andrés Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**. Disponível em:

<<http://www.icd.org.uy>> Acesso em: 06 nov 2003.

KANITZ, Stephen. O que é Terceiro Setor? Disponível em:

<<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>> Acesso em: 19 nov 2003.

MANCINI, Euclides André. **Globalização, Dependência e Exclusão Social** – o caso brasileiro.

Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/dependencia.htm>> Acesso em: 19 no. 2003.

**O Banco Mundial e o Brasil**: uma parceria de resultados. Disponível em:

<<http://www.obancomundial.org/>> Acesso em: 02 de nov. 2003.

**Projeto do BID apoiará com US\$2 bilhões implantação do programa bolsa família.**

Disponível em: <

<[http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR\\_Num=220\\_03&Language=Portuguese](http://www.iadb.org/NEWS/Display/PRView.cfm?PR_Num=220_03&Language=Portuguese)> Acesso em: 22 nov 2003.